

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE JARU FIMCA-UNICENTRO
CURSO SUPERIOR DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RENATO TEIXEIRA DE SIQUEIRA

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BANCO DO
BRASIL S.A.

Jaru/RO
2017

RENATO TEIXEIRA DE SIQUEIRA

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BANCO DO
BRASIL S.A.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Educação de Jarú - UNICENTRO, como requisito para obtenção de grau no curso de Ciências Contábeis, sob orientação do Professor Anderson de Araújo Ninke.

Jarú/RO
2017

RENATO TEIXEIRA DE SIQUEIRA

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BANCO DO
BRASIL S.A.

Esta monografia foi julgada e aprovada com nota média _____, para obtenção parcial do grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Faculdade de Educação de Jaru.

Jaru, 16 de Dezembro de 2017.

AVALIADORES

Prof. Anderson de Araújo Ninke – Orientador

Nota

Prof. Paulo Henrique Correia Menezes

Nota

Prof. Riciele Celestri

Nota

Média

Jaru/RO
2017

"Nunca é tarde quando se quer algo. Hoje não é tarde. Amanhã não será tarde. Tarde foi ontem, quando não fomos capazes de tentar."

Amanda Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e pela força nessa caminhada.

À minha mãe que, mesmo em circunstâncias desfavoráveis, me incentivou a permanecer no caminho do saber.

À minha esposa pelo apoio, compreensão e incentivo em continuar e por acreditar em mim.

À minha filha pela paciência e compreensão quando a preteri nas nossas horas livres em favor deste trabalho.

Ao meu orientador, professor Anderson de Araújo Ninke, pelo apoio, dedicação e paciência na conclusão desta jornada.

À esta Instituição de Ensino por mais uma chance de elaborar o meu Trabalho de Conclusão de Curso.

RESUMO

A Análise das Demonstrações Contábeis é uma poderosa aliada dos investidores e sócios de qualquer empresa. É uma ferramenta importante na elaboração de relatórios que permitam verificar a situação financeira e econômica e o desempenho da entidade no mercado. A finalidade deste trabalho é conhecer um pouco da saúde financeira da empresa Banco do Brasil S.A. através da análise do Balanço Patrimonial e das Demonstrações do Resultado do Exercício nos exercícios de 2016, 2015 e 2014. Com esse objetivo, foram utilizados índices como os de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade, além das análises Vertical e Horizontal. O estudo de caso revelou que a empresa não possui altos índices de liquidez, endividamento ou rentabilidade, e as variações do Ativo e Passivo, exceto contas específicas, não foram significativas, o mesmo ocorre com as Demonstrações do Resultado do Exercício. Mas, devemos considerar o campo de atuação da empresa, que sugere que tais índices são satisfatórios e têm mantido a empresa rentável ao longo dos anos.

Palavras – chave: Demonstrações Contábeis, análise, desempenho.

ABSTRACT

The Analysis of Financial Statements is a powerful ally of the investors and partners of any company. It is an important tool in the elaboration of reports that allow to verify the financial and economic situation and the performance of the entity in the market. The purpose of this paper is to know a little about the financial health of Banco do Brasil S.A. through the analysis of the Balance Sheet and Statement of Income for the years 2016, 2015 and 2014. For this purpose, indexes such as Liquidity , Indebtedness and Profitability, as well as Vertical and Horizontal analyzes were used. The case study revealed that the company does not have high levels of liquidity, indebtedness or profitability, and changes in Assets and Liabilities, except for specific accounts, were not significant, as is the case with the Income Statement for the year. But, we must consider the field of action of the company, which suggests that such indexes are satisfactory and have kept the company profitable over the years.

Keywords: Financial Statements, Analysis, performance.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	HISTORIA DA CONTABILIDADE	11
2.1	CONCEITO DE CONTABILIDADE	11
2.2	BREVE HISTÓRIA DA CONTABILIDADE.....	12
2.3	A CONTABILIDADE NO BRASIL	13
3	AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
3.1	BALANÇO PATRIMONIAL.....	15
3.1.1	<i>Ativo.....</i>	16
3.1.2	<i>Ativo Circulante.....</i>	16
3.1.3	<i>Ativo Não Circulante.....</i>	17
3.1.4	<i>Ativo Realizável a Longo Prazo.....</i>	17
3.1.5	<i>Investimento</i>	18
3.1.6	<i>Imobilizado</i>	18
3.1.7	<i>Intangível.....</i>	18
3.1.8	<i>Passivo.....</i>	19
3.1.9	<i>Passivo Circulante.....</i>	19
3.1.10	<i>Passivo Não Circulante</i>	20
3.1.11	<i>Patrimônio Líquido.....</i>	20
4	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	21
4.1	RECEITA BRUTA DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS	22
4.2	AS DEDUÇÕES DAS VENDAS, OS ABATIMENTOS E OS IMPOSTOS	22
4.3	RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS.....	22
4.4	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS.....	23
4.5	LUCRO BRUTO.....	23
4.6	DESPEAS COM VENDAS	23
4.7	DESPEAS FINANCEIRAS DEDUZIDAS DAS RECEITAS FINANCEIRAS.....	24
4.8	DESPEAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	24
4.9	OUTRAS DESPEAS OPERACIONAIS E OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	24
4.10	LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL.....	24
4.11	OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPEAS	25
4.12	RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO SOBRE A RENDA	25

4.13	PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	25
4.14	PARTICIPAÇÕES.....	25
4.15	LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E O SEU MONTANTE POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	26
5	DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	26
6	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	27
7	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	28
8	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ORIGEM	29
8.1	CONCEITO.....	30
8.2	FINALIDADE	31
8.3	ÍNDICES DE LIQUIDEZ	31
8.3.1	<i>Liquidez Geral.....</i>	<i>32</i>
8.3.2	<i>Liquidez Corrente</i>	<i>32</i>
8.3.3	<i>Liquidez Seca</i>	<i>33</i>
8.3.4	<i>Liquidez Imediata.....</i>	<i>34</i>
8.4	ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO.....	35
8.4.1	<i>Endividamento Geral</i>	<i>35</i>
8.4.2	<i>Composição do Endividamento</i>	<i>36</i>
8.4.3	<i>Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais.....</i>	<i>36</i>
8.5	ÍNDICES DE RENTABILIDADE	37
8.5.1	<i>Giro do Ativo.....</i>	<i>37</i>
8.5.2	<i>Margem Líquida.....</i>	<i>38</i>
8.5.3	<i>Rentabilidade do Ativo.....</i>	<i>39</i>
8.5.4	<i>Rentabilidade do Patrimônio Líquido</i>	<i>40</i>
8.6	ANALISE VERTICAL.....	40
8.7	ANALISE HORIZONTAL	41
9	ESTUDO DE CASO.....	43
9.1	A EMPRESA BANCO DO BRASIL S.A.....	43
9.2	ÍNDICES DE LIQUIDEZ	45
9.2.1	<i>Liquidez Geral.....</i>	<i>46</i>
9.2.2	<i>Liquidez Corrente</i>	<i>46</i>
9.2.3	<i>Liquidez Seca</i>	<i>46</i>

9.2.4	<i>Liquidez Imediata</i>	47
9.3	ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO.....	47
9.3.1	<i>Endividamento Geral</i>	47
9.3.2	<i>Composição do Endividamento</i>	48
9.3.3	<i>Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais</i>	48
9.4	ÍNDICES DE RENTABILIDADE.....	48
9.4.1	<i>Giro do Ativo</i>	49
9.4.2	<i>Margem Líquida</i>	49
9.4.3	<i>Rentabilidade do Ativo</i>	49
9.4.4	<i>Rentabilidade do Patrimônio Líquido</i>	49
9.5	ANÁLISE VERTICAL.....	50
9.5.1	<i>Análise Vertical do Balanço Patrimonial</i>	50
9.5.2	<i>Análise Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício</i>	52
9.6	ANÁLISE HORIZONTAL.....	53
9.6.1	<i>Análise Horizontal do Balanço Patrimonial</i>	54
9.6.2	<i>Análise Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício</i>	56
10	CONCLUSÃO	58
	REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

As instituições financeiras figuram entre as maiores empresas do nosso país, das cinco maiores entidades no Brasil, três são bancos. Tal informação mostra que há um cenário favorável aos gigantes que atuam no ramo financeiro. Com uma economia consideravelmente estável, o país favorece tais instituições que mostram ano após ano razoável crescimento no mercado, ou pelo menos, seus resultados não tem se mostrado desfavoráveis.

A empresa objeto desta análise é a única instituição financeira estatal que figura entre esses gigantes. Apesar, de ser uma sociedade de economia mista, a União detém o controle acionário da entidade. Mesmo com altos e baixos, o Banco do Brasil tem mantido bons resultados ao longo dos anos, respondendo satisfatoriamente seus acionistas e investidores.

Atualmente há rumores de que o Governo Federal tem a intenção e desestatizar por completo as grandes empresas nas quais ele mantém controle majoritário, entre elas está o Banco do Brasil. A justificativa está na iminente falência das contas públicas. A questão é saber se é viável vender uma empresa que em toda a sua história conseguiu superar todas as adversidades econômicas do país e ainda proveu retorno aos investidores através de lucros.

O objetivo deste trabalho é fazer uma breve análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício da empresa em questão, procurando mostrar o desempenho da mesma nos últimos anos, utilizando índices como o de Liquidez, Rentabilidade e Endividamento assim como as análises Horizontal e Vertical e assim verificar se, do ponto de vista da empresa, seu desempenho seja satisfatório.

2 HISTORIA DA CONTABILIDADE

A História da Contabilidade e a história do homem se confundem no fato de serem interdependentes. Se considerarmos que o homem das cavernas fazia anotações sobre suas posses, o que caracteriza um registro contábil, então podemos dizer que tal fato ajudou a entender melhor a história do próprio homem.

Segundo Sá (1997), para estudiosos no assunto, a própria escrita parece ter evoluído da escrita contábil e a História da Contabilidade se divide em períodos, e que cada período serve como base para indicar uma evolução na história do próprio homem. “A escrituração contábil nasceu antes mesmo que a escrita comum aparecesse, ou seja, o registro da riqueza antecedeu aos demais, como comprovam os estudos realizados sobre a questão, na antiga Suméria” (SÁ, 1997, p. 12).

Portanto, conhecer a evolução da Contabilidade permite conhecer a evolução do próprio homem. Tal cumplicidade aconteceu e continua acontecendo até os dias de hoje.

2.1 Conceito de Contabilidade

Podemos dizer que a Contabilidade é a Ciência apoiada por um conjunto de técnicas utilizadas para investigar, registrar, classificar, demonstrar e analisar tudo o que acontece com o patrimônio das empresas. Assim definida por Gonçalves e Baptista:

“Ciência que tem por objetivo o estudo do Patrimônio a partir da utilização de métodos especialmente desenvolvido para coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetam a situação patrimonial de uma empresa (1998, p. 23)

Ainda como conceituação, podemos dizer que a Contabilidade é o instrumento capaz de fornecer o máximo de informações para tomada de decisões dentro e fora da empresa (MARION, 2009).

A razão de ser da Contabilidade é o Patrimônio das entidades. O Patrimônio é tudo que a empresa possui que possa ser mensurado em termos de valores. Segundo Franco, o Patrimônio é um conjunto de bens, direitos e obrigações

vinculados à entidade e é sobre ele que a Contabilidade exerce suas funções contábeis a fim de alcançar suas finalidades (1996).

A Contabilidade tem como objetivo fornecer informações acerca do Patrimônio da empresa, para tanto, é necessário manter registrados todos os fatos que envolvem a modificação do Patrimônio. Para Gonçalves e Baptista, “A Contabilidade tem por fim registrar os fatos e produzir informações que possibilitem ao titular do patrimônio o planejamento e o controle de sua ação” (1998. p. 24).

Toda entidade está obrigada a manter a escrituração contábil, mas sua necessidade vai além das Leis e Normas, seja qual for o porte da empresa, ou sua área de atuação, é necessário que os interessados (internos ou externos) tenham conhecimento sobre o seu desempenho para tomada de decisão, é por isso que a Contabilidade é tão importante.

2.2 Breve História da Contabilidade

Desde muito tempo atrás, antes das primeiras civilizações, o ser humano antes caçador nômade, percebeu que poderia capturar certos animais e criá-los em cativeiro, uma forma de sobrevivência forçada por ambientes hostis, principalmente nas regiões onde o inverno era extremamente rigoroso o que os impossibilitavam de caçar para comer. A partir dessa descoberta, começa então um novo e cômodo jeito de viver (OLIVEIRA, *et al.*, 2003).

Com esse novo e melhorado modo de vida e vendo seu rebanho crescendo e se desenvolvendo, o homem se via na necessidade de registrar o que possuía, a fim de controlar o seu patrimônio. Inscrições encontradas em paredes de cavernas sugerem que tal controle já era feito por indivíduos que viveram na Pré-História (OLIVEIRA, *et al.*, 2003).

Com o tempo as técnicas foram sendo melhoradas, mas apenas com o surgimento das grandes civilizações é que a Contabilidade tornou-se notória de verdade. Os sumérios e babilônios foram os primeiros povos a adotarem técnicas específicas direcionadas ao registro e controle dos bens. Segundo Oliveira (*et al.*, 2003, p.4), “tais registros eram feitos em placas de argila em escrita cuneiforme, que consistia em uma série de caracteres triangulares em formato de cunha”. Também

há registros feitos em barro datados entre 8000 e 3000 a.C., também usados para representar o controle de algum tipo de mercadoria.

Os antigos egípcios, os gregos e os romanos, também deram sua contribuição para o desenvolvimento das Ciências Contábeis. Durante a Idade Média, houve avanços significativos na Contabilidade, com destaque para nomes de estudiosos no assunto, como Leonardo Fibonacci de Pisa, Giovanini Farolfi e Luca Pacioli, a esse último é atribuído um trabalho que é considerado um divisor de águas no sistema de controle patrimonial, O Método das Partidas Dobradas, publicada em seu livro intitulado *La Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportioni*, em 1494, forma que é usada até dos dias de hoje (OLIVEIRA, *et al.*, 2003).

Ao longo de todo esse tempo a Contabilidade tem passado por vários processos de mudanças e constantes atualizações, sendo influenciada pelas mais variadas linhas de pensamentos que culminaram com o padrão internacional utilizado nos dias atuais, inclusive pelo Brasil.

2.3 A Contabilidade no Brasil

Pode-se dizer que, historicamente, a contabilidade no Brasil é quase tão antiga quanto em qualquer outra parte do mundo, já que o país possui vestígios de que os primeiros habitantes de nossas terras já registravam suas posses em cavernas.

Mas apenas com a chegada dos descobridores por volta de 1500 d.C., é que podemos identificar esses traços, já que, quando os portugueses chegaram tinham documentos de registros feitos em suas embarcações (SILVA e ASSIS, 2015).

Segundo Silva e Assis (2015), os registros contábeis se tornaram notórios, de fato, com a vinda da família real ao Brasil em 1808. A partir de então, com a abertura dos portos, enormes riquezas entravam e saíam do país, o que requeria cuidado documental.

A Contabilidade no Brasil sofreu influência de várias escolas ao longo dos anos, mas vem se consolidando através dos tempos, a busca por adequação às normas internacionais de contabilidade. A criação da Lei 6404/76, é um bom exemplo disso, e mais recentemente, sua alteração através da Lei 11.638/07,

buscando harmonizar as regras contábeis brasileiras aos padrões internacionais (SILVA e ASSIS, 2015).

Atualmente os profissionais de Contabilidade no Brasil atuam nas mais diversas áreas, desde escritórios que atendem as mais diversas empresas, como na área de auditoria, controladoria, perícia, consultoria e etc. É também pré-requisito para vários cargos oferecidos por órgãos públicos.

3 AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No dia a dia de uma empresa ocorrem os mais variados fatos que modificam o seu Patrimônio, todos eles devem ser registrados e posteriormente resumidos em demonstrativos.

As Demonstrações Financeiras, também chamadas de Demonstrações Contábeis, são relatórios elaborados pelas empresas onde são evidenciados dados registrados contabilmente num determinado intervalo de tempo, normalmente compreende entre um período de um ano e chamamos de exercício social (RIBEIRO, 2014).

Segundo Ribeiro (2014), a Lei 6.404/76 estabelece que toda empresa de sociedade aberta deverá elaborar demonstrações financeiras de forma obrigatória, sendo elas:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado.

Essas demonstrações têm como principal objetivo, fornecer informações importantes e fidedignas para a correta gestão dos negócios da empresa, bem como, para investidores e potenciais investidores que porventura deseja usufruir as mesmas (REIS, 2003).

Segundo Ribeiro (2014), como complemento das Demonstrações, devem ser elaboradas notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações

contábeis necessárias para que, os resultados e a situação patrimonial da empresa sejam claros e de fácil entendimento. A empresa deverá manter de forma permanente os registros de escrituração, conforme prevê a lei e os Princípios de Contabilidade Geralmente aceitos.

Lembrando que a Lei 6.404/76, no seu artigo 186, também prevê que, caso a empresa opte por fazer a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ela estará desobrigada da elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, pois o mesmo contém a anterior (RIBEIRO, 2014).

As empresas obrigadas a elaborar tais demonstrações devem ter o cuidado de estar sempre em dia com essa obrigação, a falta das mesmas pode levar o empresário a sofrer punições.

3.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é considerado a Demonstração Financeira mais importante da Empresa. É a primeira a ser solicitada pelos investidores e analistas, por se tratar do resumo da situação financeira em que a empresa se encontra.

A função básica do Balanço Patrimonial é evidenciar o conjunto patrimonial de uma entidade, classificando-o em bens e direitos, evidenciados no ativo, e em obrigações e valor patrimonial dos donos e acionistas, evidenciados no Passivo (PADOVEZE e BENEDICTO, 2014).

Com relação à estrutura, para Assaf Neto:

O balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento [...] pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa (2017, p. 63)

No Balanço Patrimonial as contas são dispostas de forma que possamos identificar qual é o seu grau de liquidez (contas do Ativo), ou seja, aquela que podemos transformar em dinheiro mais rapidamente, ou exigibilidade (contas do Passivo), ou seja, aquelas que devem ser priorizadas na hora de pagar, do menor para o maior prazo (RIBEIRO, 2014).

Tudo o que a empresa possui em termos de valores e que possa ser usado em suas atividades com o fim de obter algum ganho está condensado nesse relatório.

3.1.1 Ativo

No lado do Ativo ficam registradas as aplicações de recursos captados pela empresa, sejam eles de origem própria (capital próprio) ou de origem de terceiros (capital de terceiros) e sua disposição no relatório deve obedecer uma ordem específica.

No Ativo as contas devem estar dispostas em grau decrescente de liquidez e classificadas em dois grandes grupos denominados de Ativo Circulante e Ativo Não Circulante (RIBEIRO, 2014).

O Ativo é o destino de valores que a empresa mantém com a finalidade de que no futuro possa gerar benefícios econômicos aos investidores (NETO, 2017). Para Iudícibus (2017), considera-se Ativo itens que tenham as seguintes características: constituir bem ou direito para a empresa; pertencer à entidade, ser de posse ou controle a longo prazo; poder ser avaliado monetariamente; trazer benefícios no presente ou no futuro.

Para fins de esclarecimento devemos lembrar que na estrutura do Balanço Patrimonial o Ativo configura o lado esquerdo da demonstração.

3.1.2 Ativo Circulante

Nesse grupo devem ser registradas as contas que possuem um alto grau de liquidez, ou seja, aquelas que podem ser transformada em dinheiros mais rapidamente.

Segundo Neto (2017), configuram no Ativo Circulante as contas consideradas de liquidez imediata, grande rotação e que podem ser consideradas de curto prazo, ou seja, com um ciclo que termina em no máximo no exercício seguinte. Esse grupo é subdividido em outros tais como: Disponibilidades, Clientes, Outros Crédito,

Tributos a Receber, Investimentos Temporários a Curto Prazo, Estoques e Despesas Pagas Antecipadamente (RIBEIRO, 2014).

Um das principais preocupações dos investidores e bancos ao avaliar um balanço, é com a capacidade de pagamento da empresa, por isso é extremamente importante que a entidade mantenha valores razoáveis nas contas desse grupo.

3.1.3 Ativo Não Circulante

Nesse grupo devem constar as contas onde se registram bens e direitos que podem ser transformados em dinheiro, mas é um processo bastante lento pois a maioria não se destina à venda.

Segundo Ribeiro (2014), ao contrário do Circulante, “no Ativo Não Circulante são classificadas contas representativas de bens e direitos com pequena ou nenhuma circulação” (p. 46), Longo prazo e baixa liquidez.

Dentro do Grupo dos Não Circulantes devem figurar os Ativos Realizáveis a Longo Prazo, os Investimentos, os Imobilizados e os Intangíveis.

3.1.4 Ativo Realizável a Longo Prazo

Nesse grupo deve estar relacionadas todas as contas que representam Direitos e que têm vencimento a Longo Prazo, ou seja, vencerão após o fim do exercício seguinte.

Segundo Neto (2017, p. 71). “Nesse grupo devem ser relacionados todos os direitos da empresa, cujas contas possuem natureza idêntica às do ativo circulante, realizáveis após o término do exercício seguinte ao encerramento do balanço”.

É importante salientar que nesse grupo deverá constar, além dos valores derivados de vendas a prazo, os títulos e valores mobiliários adquiridos, adiantamentos ou empréstimos a coligadas ou controladas, mesmo que seus vencimentos sejam curto prazo (segundo legislação em vigor) (NETO, 2017).

As contas típicas do grupo Ativo Circulante como: Duplicatas a Receber, Tributos a Recuperar, Investimentos e etc. podem constar nesse grupo desde que sejam de Longo Prazo.

3.1.5 Investimento

Compreendem os investimentos em outras empresas (coligadas e controladas) as quais geralmente geram algum rendimento para a investidora. Segundo Iudícibus:

Investimentos: as participações (que não se destinam a venda) em outras sociedades e outras aplicações de característica permanente que não se destinam à manutenção da atividade operacional da empresa, tais como: terrenos e imóveis alugados a terceiros (não de uso, mas para renda), obras de arte etc (2017, p. 46).

As contas Perdas Prováveis na Realização de Investimentos e Depreciação Acumulada poderão aparecer como redutoras da conta Investimentos, sendo a Depreciação Acumulada redutora das contas representativas das Propriedades para Investimento (bens de renda) (RIBEIRO, 2014).

Somente devem figurar nesse grupo as contas que não são classificadas no Ativo Circulante e no Ativo Realizável a Longo Prazo.

3.1.6 Imobilizado

A aquisição de bens com a finalidade de manutenção das atividades da empresa e possuem características de longo prazo.

Segundo Ribeiro (2014), “Neste grupo, são classificadas as contas representativas dos recursos aplicados em bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa”. Normalmente sofre deterioração física ou tecnológica ao longo do tempo (NETO, 2017).

As contas relacionadas nesse grupo possuem contas redutoras chamadas Depreciação Acumulada e Exaustão Acumulada.

3.1.7 Intangível

Nesse grupo devem constar as contas que representam recursos aplicados em bens incorpóreos (bens não físicos).

“São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade” (RIBEIRO, 2014, p. 48). Como exemplos de Intangíveis podemos citar direitos autorais, patentes, marcas, fundo de comércio, gastos com desenvolvimento de novos produtos e etc (NETO, 2017).

Assim como ocorre no Imobilizado, as contas desse grupo possuem uma redutora, aqui nomeada Amortização Acumulada.

3.1.8 *Passivo*

No lado do Passivo deverão estar registradas as contas que identificamos como exigibilidades e obrigações (dívidas com terceiros e dívidas com seus sócios) da empresa.

Segundo Ribeiro (20147), as contas constantes no Passivo devem estar classificadas na ordem decrescentes de exigibilidade. Conforme Neto (2017), o Passivo possui uma estrutura dividida em basicamente dois tipos de obrigações, a com terceiros (Passivo Exigível) e a com os sócios (Patrimônio Líquido).

O Passivo Exigível possui dois grupos de contas, o Passivo Circulante e Passivo Não Circulante. Para Ludícibus, o Passivo “evidencia toda obrigação [...] que a empresa tem com terceiros: contas a pagar, fornecedores de matéria-prima (a prazo), impostos a pagar (governo), financiamentos e empréstimos bancários etc.” (2017, p. 42).

Na estrutura do Balanço Patrimonial o Passivo configura o lado direito da demonstração.

3.1.9 *Passivo Circulante*

Compreende as contas que registram obrigações cujo vencimento se dará dentro do exercício seguinte, como definido a seguir por Ludícibus:

São as obrigações normalmente pagas dentro de um ano; a Lei nº 6.404 (das SAs) menciona que são aquelas que vencem no exercício seguinte ao balanço patrimonial: contas a pagar, dívidas com fornecedores de

mercadorias ou matérias-primas, impostos a recolher (para o governo), empréstimos bancários com vencimento nos próximos 360 dias, as despesas reconhecidas por força do princípio da competência (13º Salário, férias, participação dos empregados no resultado), bem como aquelas provisões de despesas com perdas em processos que são consideradas como prováveis de se tornarem uma obrigação que exigirá pagamento (2017, p. 48).

São exemplos de contas do Passivo Circulante: Fornecedores a Pagar, Empréstimos e Financiamentos, Impostos a Pagar, Salários e Encargos, Participações de Empregados e Dividendos a Pagar.

3.1.10 Passivo Não Circulante

A característica principal desse grupo é que o mesmo deve conter as contas cujo vencimento será de Longo Prazo.

Segundo Neto (2017), nesse grupo são classificadas as obrigações da empresa que vencerão somente a Longo Prazo, ou seja, ocorre depois de terminado o exercício seguinte ao encerramento do balanço.

Dentre as contas que devem constar neste grupo estão as do subgrupo Passivo Exigível a Longo Prazo e Receitas Diferidas.

3.1.11 Patrimônio Líquido

No lado direito do balanço configura, ainda, o Patrimônio Líquido que é o resultado da diferença entre o Ativo e o Passivo.

Segundo Assaf Neto (2017, p. 64-65) “é representado pela diferença entre o total do Ativo e do Passivo em determinado momento. Identifica os recursos próprios da empresa.” Dentro do grupo Patrimônio Líquido existem as contas Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

Indica o quanto de recursos próprios a empresa possui e que pertencem aos sócios e acionistas (RIBEIRO, 2014).

A composição desse grupo representa a origem dos recursos próprios, oriundos dos proprietários (titular, sócios ou acionistas) ou oriundos de sua própria atividade (Lucros ou Prejuízos).

4 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (D.R.E), é parte importante da Contabilidade por se tratar de um relatório financeiro essencial na avaliação do potencial operacional da empresa.

Conforme Reis (2003) é nela que podemos encontrar, evidenciados, dados cruciais para análise de desempenho da entidade. O principal deles é saber se houve, dentro de um determinado período, Lucro ou Prejuízo para a entidade avaliada. Segundo Reis, a Demonstração do Resultado do Exercício:

Procura evidenciar tanto o resultado operacional do período, ou seja, o resultado das operações principais e acessórias da empresa, provocado pela movimentação dos valores aplicados no Ativo, como o resultado líquido do período, ou seja, aquela parcela do resultado que efetivamente ficou à disposição dos sócios para ser retirada ou reinvestida (2003, p. 71).

A Demonstração do Resultado do Exercício é um relatório contábil que possui uma estrutura a ser obedecida, a qual é estabelecida pela Lei 6.404/76, e deverá ser discriminada da seguinte forma: a receita bruta das vendas e dos serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos; a receita líquida das vendas e dos serviços, o custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados e Lucro Bruto; as Despesas com vendas, despesas financeiras, deduzidas das receitas, despesas gerais e administrativas e Outras Despesas Operacionais e Outras Receitas Operacionais; o Lucro ou Prejuízo Operacional, Outras Receitas e Outras Despesas; o Resultado do Exercício Antes do Imposto sobre a Renda e a Provisão do mesmo; participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; o Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício e o seu montante por ação do Capital Social (RIBEIRO, 2014).

A DRE é o resultado da confrontação das despesas com as receitas, mas também possui contas patrimoniais como Deduções e Participações no resultado.

4.1 Receita Bruta das Vendas e dos Serviços

Onde é registrado o valor total das vendas dos bens e dos serviços prestados pela empresa dentro do exercício.

Segundo Assaf Neto (2017, p. 84), “a Receita Bruta refere-se ao valor nominal total das vendas de bens ou dos serviços prestados pela empresa, no exercício social considerado, antes de qualquer dedução”. Tais registros deverão ser feitos no ato da realização da venda, não importando o vencimento, obedecendo o regime da competência (NETO, 2017).

O registro da venda deve ser feito assim que a empresa emite a nota fiscal de venda ou de prestação de serviços.

4.2 As Deduções das Vendas, os Abatimentos e os Impostos

Deverão ser inclusos nesse item todos os valores que devem ser descontados do valor da Receita Operacional Bruta. tais como: Vendas Anuladas e Abatimento sobre Vendas; Descontos Incondicionais Concedidos (quanto contabilizado); ICMS sobre Vendas; PIS sobre Faturamento; Cofins; ISS (quando no total da Receita Operacional Bruta constar receitas com a prestação de serviços) (RIBEIRO, 2014).

4.3 Receita Líquida das Vendas e dos Serviços

Esse item deve conter o resultado da Receita Bruta deduzidos Descontos Incondicionais Concedidos, Vendas Anuladas, Abatimento sobre Vendas, ICMS, PIS, Cofins, ISS (para receita com prestação de serviços) (RIBEIRO, 2014).

4.4 Custo das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados

Incorrem todos os custos ocorridos na empresa no processo de fabricação, venda ou prestação de um serviço. O método usado na medição desse custo varia em sua forma de acordo com a atividade da empresa, sendo: Empresas Industriais utilizam o CPV (Custo dos Produtos Vendidos); Empresas Comerciais utilizam o CMV (Custo das Mercadorias Vendidas) e as Empresas Prestadoras de Serviços utilizam o CSP (Custo dos Serviços Prestados) (NETO, 2017).

4.5 Lucro Bruto

Após subtrair todos os custos operacionais incorridos na Venda das Mercadorias e da Prestação de Serviços, temos o Lucro Bruto, assim definido por Iudícibus:

Lucro Bruto é a diferença entre a Venda de Mercadorias e o Custo dessa Mercadoria Vendida, sem considerar despesas administrativas, de vendas e financeiras. Para uma empresa prestadora de serviços o raciocínio é o mesmo: Lucro Bruto é a diferença entre a Receita e Custo do Serviço Prestado sem considerar aquelas despesas acima referidas (2017, p. 54).

Segundo Assaf Neto (2017), o valor encontrado após o cálculo (Lucro Bruto) servirá para cobrir despesas operacionais, financeiras, despesas com IR (Imposto de Renda) e também tem o objetivo de remunerar os sócios através do Lucro Líquido.

4.6 Despesas com Vendas

Nesse item deve conter as despesas incorridas na comercialização e distribuição do produto. São valores destinados a pagamento do pessoal da área de vendas como: comissões sobre venda, marketing, propaganda e publicidade e na gestão dos negócios relacionados à venda (IUDÍCIBUS, 2017).

4.7 Despesas Financeiras deduzidas das Receitas Financeiras

Deve-se registrar o valor resultante da diferença entre as Receitas e Despesas Financeiras. São consideradas Receitas Financeiras: juros de mora recebidos, rendimentos de aplicações financeiras, descontos obtidos e etc. Podemos considerar como Despesas Financeiras: juros pagos ou incorridos, comissões bancárias, juros de mora pagos, descontos concedidos, correção monetária prefixada sobre empréstimos (IUDÍCIBUS, 2017).

4.8 Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas é tudo que a empresa gastou nas atividades do departamento administrativo. Nelas estão inclusos todos os gastos com o pessoal bem como os demais necessários à administração da empresa (RIBEIRO, 2017).

4.9 Outras Despesas Operacionais e Outras Receitas Operacionais

Segundo Ribeiro (2014), aqui deve conter os valores não avaliados como Despesas Operacionais mencionadas anteriormente, assim como as Receitas Operacionais não classificadas em qualquer outro grupo anterior. Como exemplo podemos ter: Receitas de Aluguéis, de Participação Societária e Receitas Eventuais.

4.10 Lucro ou Prejuízo Operacional

O Lucro ou Prejuízo Operacional é o resultado do confronto entre o Lucro Bruto, somado às demais Receitas Operacionais e subtraindo-se todas as demais Despesas Operacionais. Todos os ganhos e gastos operacionais confrontados darão um resultado que pode ser positivo ou negativo, caso seja negativo a empresa obteve o podemos chamar de Prejuízo Operacional (RIBEIRO, 2014).

4.11 Outras Receitas e Outras Despesas

Compreende tudo o que a empresa ganha ou perde com a movimentação de bens e direitos que estão contidos nos subgrupos de contas do Ativo Não Circulante chamados Investimentos, Imobilizado e Intangível. Apesar de incomum essas Receitas ou Despesas podem ocorrer na empresa. Segundo Ribeiro, “As baixas de bens e direitos classificados como Investimentos, Imobilizado ou Intangível, podem ocorrer por alienação, desapropriação, perecimento, extinção, desgaste, obsolescência ou exaustão, ou ainda por liquidação” (2014).

4.12 Resultado do Exercício Antes do Imposto sobre a Renda

Após o levantamento do Lucro ou Prejuízo Operacional, deduzidas as Outras Despesas ou adicionadas as Outras Receitas temos o Resultado do Exercício Antes do Imposto sobre a Renda, o qual servirá de base para o cálculo desta obrigação (RIBEIRO, 2014).

4.13 Provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social

A CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) é uma obrigação determinada por Lei, Segundo Ribeiro (2014), ela foi criada pela Constituição Federal de 1988, mas desde então, sofre com as muitas variações em sua base de cálculo bem como em sua alíquota. O mais conveniente é verificar os critérios que deverão ser adotados no ano da apuração da mesma. Em relação ao IR (Imposto de Renda), deve-se considerar que o mesmo possui regras particulares, e sua base de cálculo “não é exatamente o lucro apurado pela contabilidade, mas aquele lucro ajustado pelo Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR)” (IUDÍCIBUS, 2017, p. 58).

4.14 Participações

O Resultado do Exercício antes do Imposto deduzido dos valores do IR e CSLL, é a base para se obter os valores das Participações. Entende-se como

Participações partes do Resultado do Exercício destinadas aos proprietários de Debêntures, empregados, administradores, partes beneficiárias, instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados (RIBEIRO, 2014).

4.15 Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício e o seu montante por ação do Capital Social

O que resta do Lucro deduzidas as participações é o que chamamos de Lucro Líquido (ou Prejuízo Líquido). Após dividido por ações, tal valor precisa ser conhecido pelos investidores para tomada de decisão.

O Lucro Líquido por ação do Capital Social é o resultado da divisão do mesmo pela quantidade de ações em que está dividido. Tal valor deverá estar evidenciado no final da Demonstração do Resultado do Exercício (IUDÍCIBUS, 2017).

Todo investidor precisa tomar conhecimento sobre o desempenho da empresa na qual pretende investir. Segundo Reis (2003, p. 71) “A Demonstração do Resultado termina na apuração do lucro líquido.”

Após essa operação de finalização, caso haja lucro, que é o principal objetivo de toda empresa, deverá haver uma divisão dos ganhos através de dividendos distribuídos aos sócios, ou até mesmo usado pela própria empresa em algum projeto interno.

5 DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) consiste num relatório cujo objetivo principal é mostrar o lucro líquido do exercício e sua distribuição.

Osni Ribeiro define a DLPA da seguinte forma:

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) é um relatório contábil que tem por finalidade evidenciar: o lucro líquido do exercício e sua destinação dos ajustes contábeis relativos a resultados de exercícios anteriores, as reversões de reservas bem como os saldos da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados no início e no final do período (2014, P. 71).

Segundo Iudícibus (2017) a lei 6404/76 discrimina o que a DLPA deverá ter em sua composição, sendo:

- o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;
- as reversões de reservas e o lucro do exercício;
- as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

Em relação as mudanças feitas na Lei 6404/76, Ribeiro (2014), menciona que a Lei nº 11.638/2007 “excluiu do grupo Patrimônio Líquido a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, mantendo apenas a conta Prejuízos Acumulados” (p. 71). Desde então a empresa deve destinar todo o Lucro Líquido na compensação de prejuízos acumulados, na constituição de reservas, no aumento do capital ou na distribuição aos acionistas (RIBEIRO, 2017).

É importante para qualquer interessado em investir na empresa, saber como o Lucro é distribuído, seja em benefício da própria empresa, ou dos sócios acionistas, é crucial saber a evolução desse demonstrativo com o tempo antes de se decidir.

6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

No dia a dia de uma empresa ocorrem fatores que caracterizam entrada ou saída de dinheiro através de um determinado negócio. Tais valores devem ser registrados diariamente como forma de controle.

O Fluxo de Caixa é a ocorrência de mexe com a as contas que envolvem o fluxo de dinheiro em um determinado período e a Demonstração dos Fluxos de Caixa “é um relatório contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocaram modificações no saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa” (RIBEIRO, 2014, p. 89).

Para Neto (2017), a DFC é um relatório que permite identificar a capacidade financeira que a entidade possui em pagar suas dívidas com terceiros e com acionistas, gerar caixa no futuro e na atualidade, e a posição de liquidez e solvência financeira.

Sabe-se que o fluxo é o registro a débito (entrada) e a crédito (saída) de caixa e equivalentes de caixa. Para tal precisamos definir as contas consideradas aqui. Segundo Neto (2017), tais contas são: Caixa (o que a empresa possui em dinheiro); Bancos Conta Movimento (dinheiro disponível em contas-correntes em nome da entidade) e aplicações de Liquidez imediata (investimento com alta liquidez feito com prazo máximo de 03 meses, exemplo: Poupança, CDB e RDB prefixados).

Investimento com prazo de 03 meses pode ser considerado como alta liquidez, mas, é necessário avaliar bem o fluxo de caixa para saber se os mesmos atrapalhariam ou não os pagamentos imediatos. Existem instituições financeiras que oferecem rendimentos com resgates diários em investimentos. O que pode ser uma boa saída nesse caso.

7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Independente do ramo de atividade, toda empresa deve agregar algum valor ao seu produto no ato da venda. Esse aumento no valor representa mais do que simplesmente cobrir as despesas, mostra também como a empresa contribui para a riqueza do país.

A origem e a aplicação de recursos são consideradas a base da estrutura contábil, seja o ativo oriundo de terceiros ou do capital próprio. O que a Contabilidade faz é mostrar a evolução patrimonial de uma entidade num determinado período através de todo um conjunto de informações de demonstrações (NETO, 2017).

Ribeiro (2014) define o DVA da seguinte forma:

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um relatório que evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, e o quanto e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital), bem como a parcela da riqueza não distribuída (p. 100).

A DVA tem como base a DRE é a demonstração da receita excluindo os custos com insumos adquiridos de terceiros, ou de valores transferidos de terceiros.

Essa diferença representa o valor que foi adicionado ou agregado ao produto (NETO, 2017). Assim, podemos dizer que o valor agregado em cada empresa representa a contribuição dessa empresa para o PIB (Produto Interno Bruto) do país, por isso faz parte do Balanço Social da entidade e sua elaboração é obrigatória de acordo com a Lei nº 11.638/07. (NETO, 2017).

Apesar do Lucro ser o objetivo principal da entidade e uma questão de sobrevivência, ele contribui de forma direta para o desenvolvimento da economia de maneira geral, melhorando a vida de todos.

8 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ORIGEM

Em relação ao surgimento da análise das demonstrações, pode-se notar que ela é contemporânea da própria contabilidade.

Há um consenso entre os pesquisadores de que, por volta de 4000 a.C., já havia pastores e proprietários de rebanhos preocupados com, não somente a quantidade, mas também a qualidade de seus pertences. Somente registrar não era suficientemente eficaz, conhecer a evolução, ou retração do patrimônio era vital, por isso, o cuidado e a verificação dos registros se tornou extremamente importantes (MARION, 2017).

De acordo com Marion:

[...] a Análise das Demonstrações Contábeis é tão antiga quanto à própria Contabilidade [...] Todavia, remonta de época mais recente o surgimento da Análise Demonstrações Contábeis de forma mais sólida, mais adulta. É no final do século XIX que observamos os banqueiros americanos solicitando as demonstrações (praticamente o balanço) às empresas que desejavam contrair empréstimos (2017, p.6-7).

Quanto a evolução da análise, pode-se dizer que ela fluiu de acordo com a necessidade dos interessados no desempenho da empresa através dos tempos.

Segundo Marion (2017), com o intuito de saber da saúde financeira das empresas, os bancos e investidores passaram a cada vez mais exigir as Demonstrações Contábeis, também conhecidas como Demonstrações Financeiras,

a fim de que fossem analisadas antes de tomar qualquer decisão, tal situação perdura até os dias atuais.

Atualmente pode-se notar o aumento do número de pessoas interessadas em investir em ações nas empresas comprando ações devido ao alto grau de rentabilidade, mas, tal investimento possui também um risco elevado, por isso, uma boa análise das demonstrações da entidade é essencial para tomar essa decisão.

8.1 Conceito

É a visão do desempenho de uma empresa traduzida de forma que qualquer pessoa possa interpretá-la.

A Análise das Demonstrações Financeiras é uma ferramenta extraordinária utilizada por profissionais especialistas na área de Contabilidade. É uma técnica que utiliza cálculos comparativos de dados entre valores constantes nas Demonstrações Contábeis, sendo as mais utilizadas o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (RIBEIRO, 2014).

Segundo Ribeiro (2014), a Análise das Demonstrações pode ser interna ou externa.

A **Análise interna** é aquela que é feita dentro da empresa pelo proprietário ou algum profissional da área contábil a serviço da entidade, com o intuito de auxiliar o gestor no planejamento estratégico. Isso pode ser feito a qualquer tempo, já que, os dados estão, teoricamente, sempre disponíveis para uso a qualquer momento de acordo com a necessidade.

A **Análise externa** é aquela que é feita fora da empresa por pessoas interessadas na situação econômica e financeira da entidade que disponibiliza esses relatórios à terceiros. Os interessados, os quais podem ser empresas envolvidas na concessão de crédito e financiamentos na concretização de negócios, contratam um profissional especializado o qual analisa os dados constantes nas Demonstrações e nos relatórios disponibilizados pela entidade.

A empresa está obrigada somente a divulgar os relatórios, mas sua interpretação cabe aos interessados, que, usando as técnicas adequadas, pode obter o resultado desejado.

8.2 Finalidade

A Análise de Balanços consistem numa técnica contábil, cuja finalidade principal é fornecer dados às pessoas interessadas para tomada de decisão.

O objetivo da análise das demonstrações é assim definida por Arnaldo Reis:

Essa análise possibilitará aos administradores e empresários avaliarem, quanto ao passado, o acerto da gestão econômico-financeira e, quanto ao futuro, a necessidade de correção nessa gestão e, em conjunto com outros elementos, as possibilidades de desenvolvimento das operações sociais (2003, p. 109).

Para Iudícibus (2017), a análise de Balanços é a “arte” de extrair informações importantes de relatórios fornecidos pela empresa objeto de estudo. E sendo assim, considera que não há uma regra definida que possa garantir uma conclusão precisa sobre os dados, mesmo obedecendo cálculos formalizados. Segundo Iudícibus (2017, p. 14), “cada analista poderia, com o mesmo conjunto de informações e de quocientes, chegar a conclusões ligeiras ou até completamente diferenciadas”. Conclusões similares (mas nunca idênticas), só seriam possíveis se os analisadores fossem experientes conhecedores do ramo de atividade da empresa (IUDÍCIBUS, 2017).

Nenhuma pessoa que tenha interesse em obter retorno dos seus investimentos deveria arriscar sem ter o mínimo de conhecimento sobre o desempenho da entidade, pra isso serve a análise das demonstrações.

8.3 Índices de Liquidez

Os Índices de Liquidez possuem a finalidade de mostrar se a empresa é capaz de pagar suas contas, quais recursos utilizar para pagar e em quanto tempo isso poderá ser feito.

Para Padoveze e Benedicto (2014), de uma forma geral, esses índices tem o objetivo de mostrar a capacidade que a empresa tem de honrar seus compromissos junto aos credores e investidores. Os cálculos são feitos de forma a relacionar as contas do Ativo com o Passivo a fim de evidenciar o quanto uma empresa pode solucionar seu problema de solvência.

Segundo Marion (2017), essa capacidade de pagamento pode ser avaliada considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

Para Melhor analisarmos os quocientes, os índices foram divididos em diferentes graus, sendo eles: Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Liquidez Seca e Liquidez Imediata (RIBEIRO, 2014).

É um índice importante a ser considerado no âmbito geral, mas cada empresa deve ser avaliada de acordo com seu campo de atuação.

8.3.1 *Liquidez Geral*

Esse índice serve para mostrar a capacidade da empresa em honrar suas dívidas a curto e a longo prazo, utilizando recursos também de curto e longo prazo.

A fórmula para o cálculo é a seguinte:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

Segundo Ribeiro (2014), esse quociente mostra se os recursos financeiros aplicados no Ativo Circulante e no Ativo Realizável a Longo Prazo são suficientes para cobrir as obrigações totais, isto é, quanto a empresa tem de Ativo Circulante mais Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de obrigação total e quanto maior o índice, melhor.

Para Iudícibus (2017), deve-se tomar cuidado com o resultado desse índice, já que o mesmo leva em conta, principalmente, de valores classificados como de longo prazo.

Tal valor pode não representar a real situação da empresa, pois é considerado Longo Prazo na Contabilidade o que excede um período de 12 meses, mas não deixa claro que prazo é esse.

8.3.2 *Liquidez Corrente*

Quociente que permite saber se a empresa é capaz de saldar suas obrigações a curto prazo com recursos de curto prazo.

Segundo Reis (2003), permite verificar o quanto a empresa tem de valores disponíveis e realizáveis dentro de um ano, para garantir o pagamento de suas dívidas vencíveis no mesmo período. Para Neto (2017), pode ser considerado um bom índice valores superiores a 1,00.

O índice é expresso pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Segundo Ribeiro, a Liquidez Corrente pode ser considerada importante “por ser o quociente que melhor espelha o grau de liquidez da empresa, é também denominado medida de solvência (2014, p. 186).

Um detalhe a ser considerado na avaliação desse índice é a atividade que a entidade desempenha, como exemplifica Padoveze e Benedicto (2014), suponhamos que um supermercado que somente vende à vista, poderia ser aceitável um quociente menor do que 1,00, por outro lado, numa indústria, por exemplo, que leva mais tempo para se chegar no produto final, o qual tem a necessidade ter um grande valor no seu estoque e em sua conta clientes, valores acima de 1,0 pode ser considerados insatisfatórios.

De modo geral o mais aceitável é um resultado do quociente acima de 1,00, o qual pode tranquilizar temporariamente os gestores numa possível ocasião de paralisação.

8.3.3 *Liquidez Seca*

Ao calcular esse índice deve-se considerar que dependendo da atividade da empresa ele é terá pouca ou nenhuma representatividade devido à exclusão da conta estoques.

Esse índice é muito semelhante ao anterior, exceto pelo fato de não computarmos aqui a conta estoque. O quociente revela capacidade financeira líquida da empresa para cumprir os compromissos de curto prazo, isto é, quanto a empresa tem de Ativo Circulante Líquido para cada real do Passivo Circulante. Deve-se considerar que quanto maior esse quociente, melhor (RIBEIRO, 2014).

Esta é a fórmula para encontrar o índice:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Segundo Reis (2003), o quociente de liquidez seca é importante na hipótese de não termos elementos para calcular a rotação dos estoques e também nos seguintes casos, quando os estoques passam a constituir valores de difícil conversão em moeda: em épocas de retração do mercado consumidor; quando a rotação dos estoques for muito lenta; ou para empresas que têm suas vendas concentradas em determinadas épocas do ano, como aquelas que fabricam ou comercializam produtos sazonais (de Natal, carnaval, festas juninas, inverno, verã etc.).

A Liquidez Seca se torna relevante para as empresas cuja atividade se destina a produção (indústria) cuja matéria-prima não se deteriora facilmente e sofre sazonalidade, o que leva a entidade a estocar por um grande período de tempo.

8.3.4 *Liquidez Imediata*

É o índice que permite definir se a empresa tem condições de saldar suas dívidas de curto prazo usando recursos de curto prazo com alta liquidez.

Para Padoveze e Benedicto (2014), entre todos os indicadores de liquidez (capacidade de pagamento), este é o mais caracterizado, pois trabalha com elementos do patrimônio de podem ser disponibilizados de forma imediata. São valores em caixa, banco e investidos a curtíssimo prazo.

Definido pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

A interpretação deste quociente deve ser direcionada a verificar se existe ou não necessidade de recorrer a algum tipo de operação visando obter mais dinheiro para cobrir obrigações vencíveis a curto prazo (RIBEIRO, 2014).

Deve-se considerar que o quociente ideal para esse índice seja maior que 1,00.

8.4 Índices de Endividamento

Índices de Endividamento são quocientes que visam mostrar como estão as obrigações da empresa com terceiros, e sua relação com o Patrimônio.

Na visão de Padoveze e Benedicto, 2014, p. 154-155), “De modo geral, esses indicadores mostram a porcentagem dos ativos financiada com capitais de terceiros e próprios ou se a empresa tem dependência de recursos de terceiros”.

Assim como os Quocientes de Liquidez, os Índices de Endividamento tendem a mostrar a saúde financeira da empresa e sua capacidade de saldar seus compromissos.

8.4.1 Endividamento Geral

É a situação que indica se a empresa pode tem condições de pagar as dívidas com o total do capital próprio.

Esse índice mostra se o patrimônio líquido da empresa é suficiente para bancar todo o passivo, ou seja, evidencia se a empresa possui recursos próprios suficientes para saldar suas dívidas com terceiros (PADOVEZE e BENEDICTO, 2014).

Para se chegar ao quociente, utilizamos a seguinte fórmula:

$$\text{Endividamento Geral} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

A utilização de Capitais de Terceiros a fim de financiar o Ativo, teoricamente, pode ser bom, já que a empresa estaria usando recursos provenientes de fora . Mas, segundo Iudícibus (2017, p. 110) “Se o quociente, durante vários anos, for consistente e acentuadamente maior que um, denotaria uma dependência exagerada de recursos de terceiros”.

Portanto, deve-se ter cuidado com esse índice, já que, em caso de paralisação repentina de suas atividades, a empresa ficaria numa situação complicada para saldar suas dívidas com terceiros.

8.4.2 Composição do Endividamento

Nesse caso, o resultado deve mostrar o quanto as obrigações de curto prazo representam do total da dívida com terceiros.

Segundo Ribeiro (2014) o quociente revela a proporção existente entre o que a empresa tem que pagar a curto prazo com as obrigações totais, ou seja, o quanto a empresa teria que pagar a curto prazo para cada R\$ 1,00 do total das obrigações existentes.

A fórmula para obtenção do índice é a seguinte:

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$$

Para Marion (2017), o ideal é que a empresa mantenha um valor razoável com vencimento a longo prazo, o qual, assim justifica:

Se a composição do endividamento apresentar significativa concentração no Passivo Circulante (Curto Prazo), a empresa poderá ter reais dificuldades num momento de reversão de mercado (o que não aconteceria se as dívidas estivessem concentradas no Longo Prazo). Na crise, ela terá poucas alternativas: vender seus estoques na base de uma “liquidação forçada” (a qualquer preço) [...] Se a concentração fosse a Longo Prazo, a empresa, num momento de revés, teria mais tempo para replanejar sua situação, sem necessidade de desfazer-se dos Estoques a qualquer preço (MARION, 2017, P. 96).

Temos que considerar que em relação às dívidas de curto prazo, quanto menor o valor, mais tempo a empresa tem para buscar recursos pra o pagamento de toda a sua dívida.

8.4.3 Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais

Este índice faz uma relação entre toda a dívida da empresa com terceiros (curto e longo prazo) e a dívida total da mesma (recursos próprios e recursos de terceiros).

Para Iudícibus (2017), este quociente, de grande relevância, relaciona o Exigível Total (capitais de terceiros) com os Fundos Totais Providos (por capitais

próprios e capitais de terceiros), e expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais.

O índice é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Participação Capitais de Terceiros} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Exigível Total} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

A finalidade deste quociente é mostrar com qual capital a empresa está trabalhando, ou seja, qual o valor mais representativo que foi usado para financiar o Ativo.

8.5 Índices de Rentabilidade

São números obtidos com intuito de mensurar a capacidade que a empresa tem em obter lucro tomando como base o capital investido na empresa. Os dados são extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.

Para Reis (2003), os índices de rentabilidade medem a capacidade de produzir lucro de todo o capital investido nos negócios (próprios e de terceiros).

Segundo Ribeiro (2014), para saber o quanto o capital investido na empresa rendeu, deve-se confrontar as contas ou grupo de contas das Demonstrações do Resultado do Exercício ou conjugando-as com as contas ou grupos de contas do Balanço Patrimonial.

A interpretação dos dados pode ajudar o gestor a decidir se aumenta ou não os recursos investidos no patrimônio da empresa.

8.5.1 Giro do Ativo

O Giro do Ativo serve para mostrar se o que a empresa faturou com vendas vale o dinheiro que foi investido nela.

Índice que indica o resultado do quociente das Vendas Líquidas em relação ao Ativo total, representa o quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 investido (RIBEIRO, 2014).

É representado pela fórmula:

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

Esse quociente serve para mensurar o volume das vendas em relação ao Capital Total investido na empresa, mas, volume sem lucro não significa nada. Segundo Ribeiro (2014), o mais importante é saber que o volume de vendas adequado para a empresa é o que permite uma lucratividade que seja suficiente pra cobrir as dívidas e ainda sobrar uma boa margem de lucro.

Quanto maior o quociente melhor, mas, segundo Ribeiro (2014, p .172) “O ideal é que este quociente seja superior a um, caso em que estará indicando que o volume das vendas superou o valor investido na entidade”.

Se o gestor, bancos ou investidor quiser saber se o seu dinheiro tem um bom giro dentro da empresa, é esse quociente que deve ser avaliado, levando-se em conta que o mesmo não representa, necessariamente, um investimento lucrativo.

8.5.2 Margem Líquida

O ideal para toda entidade é que se tenha uma boa margem de lucro no final da apuração, ou seja, que se tenha ganhado algum dinheiro com as vendas após deduzir todas as despesas.

Conforme Marion (2017), a Margem Líquida, ou Margem de Lucro, é um índice que mostra, em termos percentuais, se, após todas as deduções, a empresa obteve lucro com as vendas e quanto isso representa do total vendido.

A fórmula para o cálculo é a seguinte:

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Numa comparação entre Margem Líquida e Giro do Ativo, podemos avaliar melhor se as vendas foram realmente lucrativas. Para Ribeiro (2014), sabendo que qualquer resultado acima de um é bom, devemos considerar que, mesmo o quociente anterior (Giro do Ativo) estando dentro do esperado (acima de 01), a

empresa precisa obter lucro como resultado de suas vendas, essa comparação serve para mostrar que mesmo tendo um volume grande de vendas, não significa que a empresa terá lucro.

Um bom exemplo de empresa que rendem uma boa comparação entre o giro do ativo e a margem de lucro são as comerciais, pois tendem a investir pouco em seu Ativo.

8.5.3 Rentabilidade do Ativo

O propósito final de uma entidade é ser rentável, ou seja, devolver cada real investido nela em forma de lucro. O índice Rentabilidade do Ativo serve para medir esse retorno quanto tempo será necessário para tal.

Esse quociente é extremamente importante, pois mostra se a empresa conseguiu o resultado esperado, ou seja, obteve lucro, através do dinheiro que foi investido na mesma, mostra o quanto a empresa ganhou para cada R\$ 1,00 investido (RIBEIRO, 2014).

A fórmula é a seguinte:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Segundo Ribeiro (2014, p. 174), “a interpretação deste quociente deve ser direcionada para verificar o tempo necessário para que haja retorno dos Capitais Totais (Próprios e de Terceiros) investidos na empresa”.

O ideal é que o retorno do investimento venha o mais rápido possível. Para Ribeiro (2014), quanto maior o resultado do quociente, maior a taxa de retorno sobre o capital investido e assim menor será o tempo gasto no atingimento do objetivo que é recuperar o dinheiro investido no menor tempo possível.

Para os interessados em investir na empresa esse índice é bastante significativo, pois altos índices de rentabilidade pode trazer certa estabilidade e segurança ao investidor.

8.5.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da entidade apresenta todo o valor que foi investido no Patrimônio e que representa recursos próprios, por isso, é importante saber em termos percentuais o quanto esse valor representa em relação ao Lucro Líquido.

O quociente Rentabilidade do Patrimônio Líquido mostra a rentabilidade que a empresa teve sobre o Capital Próprio, ou seja, quanto ela ganhou de Lucro Líquido para cada R\$ 1,00 de investimento com recursos próprios (RIBEIRO, 2014).

A fórmula é:

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Para garantir a satisfação dos proprietários é necessário um esforço para que este índice seja o maior possível, segundo Ribeiro (2014),

A interpretação deste quociente deve ser direcionada para verificar qual é o tempo necessário para se obter o retorno do Capital Próprio investido na empresa, ou seja, quantos anos serão necessários para que os proprietários obtenham de volta o valor do Capital que investiram na empresa (p. 175).

A remuneração dos sócios é extremamente importante para o desempenho da empresa, portanto é importante conhecer o valor do retorno sobre o investimento próprio na entidade.

8.6 Análise Vertical

Consiste em analisar, em termos percentuais, a comparação de uma conta ou grupo de contas com um valor afim ou relacionável, o qual deverá estar relacionado no mesmo demonstrativo.

Segundo Padoveze e Benedicto (2014), a análise vertical consiste em adotar um determinado elemento do Patrimônio como sendo 100% faz-se uma relação percentual com os demais. Para o Balanço adota-se como 100% o valor do Ativo e

do Passivo e também envolve contas da Demonstração do Resultado do Exercício, sendo a mais utilizada a conta receita operacional líquida.

Também denominada de Análise por Coeficientes, a Análise Vertical é definida como “aquela através da qual se compara cada um dos elementos do conjunto em relação ao total do conjunto. Ela evidencia a porcentagem de participação de cada elemento no conjunto” (RIBEIRO, 2014, p. 200).

Segundo Ribeiro (2014), para encontrarmos o percentual, basta fazer um cálculo simples utilizando uma regra de três, em que temos o valor total e o valor parcial, sendo o valor total 100% e o valor parcial X%. Abaixo temos um exemplo de como encontrar esse percentual. Se considerarmos que uma empresa possui um montante de R\$ 100.000,00 no total do Ativo e R\$ 10.000,00 no Disponível, então teríamos:

$$X = \frac{10.000,00 \times 100}{100.000,00} = 10\%$$

Então poderíamos dizer que a soma das contas agrupadas no Disponível representam 10% do total do Ativo da empresa.

8.7 Análise Horizontal

É uma ferramenta bastante útil, usada com o fim de verificar se o patrimônio de determinada entidade evoluiu com o tempo.

A Análise Horizontal é utilizada para comparar a evolução, ou não, dos valores de uma conta, ao longo de vários períodos e verificar se houve crescimento (ou decréscimo) de itens do Balanço e das Demonstrações de Resultado (IUDÍCIBUS, 2017).

Segundo Ribeiro (2014), através desta análise podemos acompanhar as mudanças evolutivas de uma conta, mas, isso somente é possível se houver dados a serem comparados, então é necessário haver um período base para fins de comparação. Como no exemplo a seguir:

Uma empresa teve em três exercícios em sequência, os seguintes resultados da Receita Operacional Líquida:

- Exercício de x1 = 2.500.000
- Exercício de x2 = 7.322.200
- Exercício de x3 = 9.547.111

Escolhendo o Exercício x1 como base, faremos:

Cálculo do índice para o exercício de x2:

$$\text{R\$ } 2.500.000 = 100\%$$

$$\text{R\$ } 7.322.200 = x$$

Logo:

$$x = \frac{7.322.200 \times 100}{2.500.000} = 292\%$$

Cálculo do índice para o exercício de x3:

$$\text{R\$ } 2.500.000 = 100\%$$

$$\text{R\$ } 9.547.111 = x$$

Logo:

$$x = \frac{9.547.111 \times 100}{2.500.000} = 382\%$$

Após o término dos cálculos é necessária a elaboração de uma tabela com base nos índices apurados. Veja:

CONTAS	x1	x2	x3
Receita Operacional Líquida	100%	292%	382%

Na comparação acima verificamos uma evolução na conta ano a ano em comparação ao ano tomado como base (x1).

9 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso foi realizado com a finalidade de conhecer um pouco sobre os resultados financeiros e econômicos apresentados pela empresa Banco do Brasil, por se tratar de uma das maiores instituições financeiras do país e representar grande parcela de contribuição para o desenvolvimento econômico da nação. A presente análise utilizou como suporte de informações, as contidas na Demonstração do Resultado do Exercício e no Balanço Patrimonial referente ao Exercício de 2016, 2015 e 2014, para os índices de liquidez e endividamento e com o objetivo de mostrar resultados como a análise vertical e horizontal, foram incluídos nos estudos os relatórios apresentados nos últimos três anos (2016, 2015, 2014).

9.1 A empresa Banco do Brasil S.A.

O Banco do Brasil é a instituição bancária mais antiga do país, criada em 12 de Outubro de 1808 na cidade do Rio de Janeiro por Dom João VI. A primeira oferta pública de ações do mercado foi feita pela instituição em 1817 e em 1819 construiu a bolsa de valores do Rio. Após a independência do Brasil, o Banco teve que lidar com vários problemas econômicos causados pela queda das exportações (BB RELATÓRIO ANUAL, 2010).

Durante um período chamado de segundo império, a empresa prosperou devido ao desenvolvimento das indústrias no país. Em 1851 houve a primeira fusão bancária da história do Brasil, onde o Banco Comercial do Rio de Janeiro fundiu-se com o Banco do Brasil e em 1854 foi criado o primeiro concurso público para recrutamento de escriturários. Em 1863 a instituição era a única a emitir moeda em território nacional o que veio a ser interrompido em 1869 com a criação da Casa da Moeda (BB RELATÓRIO ANUAL, 2010).

Entre 1888 e 1908 houve um período de mudança na economia do país, com a abolição da escravatura, o trabalho, antes feito por escravos, agora deveria ser assalariado, o que provocou uma grande demanda por dinheiro e leva a um aumento na circulação de moeda. Nesse período o banco começa a financiar a mão de obra que substituíria a escravidão, ajudando a financiar a vinda de imigrantes

europeus para o trabalho na produção agropecuária. Com a proclamação da República do Brasil é criado o Banco da República do Brasil, o qual fundiu-se com o Banco do Brasil em 1893. Em 1905 a República termina e o Banco da República do Brasil passa a chamar-se apenas Banco do Brasil novamente, enquanto o a União Federal passa a ter controle acionário e administrativo sobre a instituição e no ano seguinte a empresa lança suas ações na bolsa de valores (BB RELATÓRIO ANUAL, 2010).

Os primeiros anos do século XX foram desafiadores para a instituição, o aumento da população de imigrantes, a expansão da indústria, a Primeira Guerra Mundial, as deficiências da infraestrutura, a baixa arrecadação do governo, a ausência de capital para investir e as flutuações nos preços internacionais do café, toda essa situação teve a participação ativa do banco no financiamento do desenvolvimento do país (BB RELATÓRIO ANUAL, 2010).

Nos anos que se sucederam a instituição de consolidou no mercado: sobreviveu à crise de 1929, em 1937 começa a captar recursos da previdência privada, em 1941 a instituição inaugura sua primeira agência no exterior (em Assunção-Paraguai), teve participação ativa na implantação da indústria automobilística nos anos 50, em 1960 Brasília é inaugurada e a sede da instituição foi transferida para a Capital Federal, em 1964 o Banco do Brasil deixa de ser o responsável pelo controle da moeda com a criação do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, em 1968 cria o Cheque Ouro, em 1976 inaugura sua milésima agência, em 1985 cria a Fundação Banco do Brasil, em 1987 lança o Ourocard (BB RELATÓRIO ANUAL, 2010).

Em 1994 houve uma mudança profunda na economia do país, com a introdução do Real, a instituição realizou a maior troca física de moeda do mundo. As mudanças continuam com a reestruturação do banco. Em 1995 cria o Plano de Desligamento Voluntário e em 1996 a empresa consegue sanar seu problema financeiro com o recebimento de um aporte de R\$ 8 bilhões do Tesouro Nacional. O destaque dos anos 2000 a 2010 fica por conta do alto investimento em tecnologia e inovação (BB RELATÓRIO ANUAL, 2010).

Seus 200 anos de existência e sua solidez no mercado, o torna uma das marcas mais conhecidas pelos brasileiros. Atualmente como sociedade de economia mista, seu maior acionista é a União, que possui atualmente 54,4% das suas ações,

de acordo com o governo, este percentual sofrerá uma diminuição até chegar a 50,7%. A instituição possui participações em empresas coligadas e controladas nos mais diversos mercados, sendo algumas delas: companhia de seguros Aliança do Brasil, Brasilsaúde, Brasilveículos, Brasilprev, BBprevidência, Brasilcap, BB Tecnologia e Serviços, BBcartões, BBturismo, BBDTVM, BV Financeira, BB Leasing Company, Brazilian American Merchant Bank, BB Vienna AG, Ativos S.A., BB Securities LTD., BB Securities LLC., BB Securities Ásia, Banco do Brasil América. A empresa possui, ainda, como Aquisições e incorporações: BESC - Banco do Estado de Santa Catarina, Banco do Estado do Piauí, Nossa Caixa, Banco Patagônia, Banco Votorantim, Banco Postal e Eurobank (BB RELATÓRIO ANUAL, 2010).

A história do Banco do Brasil S.A. é muito importante por mostrar como a instituição participou da história econômica e financeira do nosso país, atuando ativamente na economia. É interessante destacar que em todo esse tempo de existência, nunca deixou de captar recursos e sempre despertou interesse de clientes e investidores (BB RELATÓRIO ANUAL, 2010).

Os dados das análise deste estudo de caso será analisado nas peças contábeis em anexo (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício).

Diante do exposto, passa a realizar a seguinte análise dos indicadores de liquidez, Endividamento, Rentabilidade e Análise Vertical e Horizontal.

9.2 Índices de Liquidez

Os Índices de Liquidez, como já descrito anteriormente, tem o objetivo de mostrar a capacidade que a empresa tem de honrar seus compromissos junto aos credores e investidores. Estes quocientes relacionam contas do Ativo com o Passivo a fim de mostrar se a empresa pode solucionar um problema de solvência. Para melhor avaliação os índices foram divididos em diferentes graus. É importante considerar o mercado em que a entidade está inserida (PADOVEZE e BENEDICTO, 2014).

INDICES DE LIQUIDEZ

Índice	Fórmula	Exercício	Exercício	Exercício
		2016	2015	2014
Liquidez Geral	$\frac{AC+ARLP}{PC+PELP}$	1,04	1,03	1,04
Liquidez Corrente	$\frac{AC}{PC}$	0,80	0,85	0,91
Liquidez Seca	$\frac{AC-Est}{PC}$	0,80	0,85	0,91
Liquidez Imediata	$\frac{Disp}{PC}$	0,013	0,020	0,015

Fonte: Autor desta obra

9.2.1 Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral encontrado é maior que 1,00 em todos os exercícios, isso pode ser considerado satisfatório, pois quer dizer que a empresa possui valores suficientes no curto e longo prazo para liquidar suas dívidas com terceiros. A demonstração não apresenta variações significativas entre os exercícios.

9.2.2 Liquidez Corrente

O Índice de Liquidez Corrente apresenta quocientes menores que 1,00, isso significa que a empresa pode ter problemas de solvência, pois, não possui valores suficientes para pagar suas dívidas no curto prazo. Os índices apresentados tiveram uma variação nos períodos avaliados, sofrendo decréscimo na proporção de aproximadamente 0,05 a cada exercício.

9.2.3 Liquidez Seca

O Índice de Liquidez Seca é muito semelhante ao Corrente na fórmula, a diferença está apenas na exclusão da conta Estoques, a empresa analisada não

possui a conta Estoque, portanto os quocientes de Liquidez Seca são exatamente iguais aos da Liquidez Corrente.

9.2.4 Liquidez Imediata

O Índice de Liquidez Imediata da empresa é extremamente baixo, em 2014 o quociente era 0,015, com um aumento em 0,005 para 2015 e nova queda em 2016, ficando em 0,013. Isso mostra que a empresa tem pouquíssimos recursos imediatos disponíveis caso necessite pagar todas as suas contas no curto prazo.

9.3 Índices de Endividamento

O objetivo dos Índices de Endividamento é mostrar como estão as obrigações da empresa com terceiros, e sua relação com o Patrimônio. Com esse quociente pretende-se saber como a empresa está financiando seus ativos. Quais recursos a entidade mais utiliza para compor seu Ativo. Os Índices de Endividamento tendem a mostrar a capacidade da empresa em saldar seus compromissos.

INDICES DE ENDIVIDAMENTO

Índice	Fórmula	Exercício	Exercício	Exercício
		2016	2015	2014
Endividamento Geral	$\frac{PC+PNC}{PL}$	15,07	16,18	16,83
Composição do Endividamento	$\frac{PC}{ET}$	0,76	0,69	0,69
Participação Capitais de Terceiros	$\frac{ExTotal}{ET+PL}$	0,94	0,94	0,94

Fonte: Autor desta obra

9.3.1 Endividamento Geral

A empresa apresenta um alto quociente de Endividamento Geral, pois para cada R\$ 1,00 de capital próprio a empresa possui R\$ 15,07 em capital de terceiros. Tal situação teve uma melhora, já que em 2014 ficou na casa dos R\$ 16,83 com

uma pequena queda em 2015 (R\$ 16,18). Do ponto de vista do endividamento, essa não é uma situação satisfatória, pois a empresa opera em grande proporção com capital de terceiros, no entanto, tal situação se justifica se considerarmos o mercado em que a empresa está inserida.

9.3.2 Composição do Endividamento

O quociente mostra que, para cada R\$ 1,00 do total da dívida com terceiros, em 2016, a empresa tem que pagar R\$ 0,76 em obrigações no curto prazo o que podemos considerar uma situação desfavorável, pois apenas 24% das dívidas são de Longo Prazo. Nos dois anos anteriores a situação era um pouco melhor, tendo 31% de suas contas a pagar no Longo Prazo.

9.3.3 Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais

O resultado desse índice mostra que a empresa opera quase que totalmente com capital de terceiros, para cada R\$ 1,00 de dívida total (valor equivalente ao Ativo total), R\$ 0,94 são oriundos de terceiros, índice que se manteve em todos os exercícios analisados. Isso sugere que a entidade possui uma condição desfavorável já que o ideal é que deveria haver um equilíbrio.

9.4 Índices de Rentabilidade

Como já conceituado anteriormente, Índices de Rentabilidade são quocientes que servem para medir a capacidade da empresa em obter lucro tomando como base o capital investido na empresa. Servem para saber o quanto os recursos aplicados na empresa dão retorno em forma de lucros.

INDICES DE RENTABILIDADE

Índice	Fórmula	Exercício	Exercício	Exercício
		2016	2015	2014
Giro do Ativo	$\frac{\text{VendLiq}}{\text{At.Total}}$	0,12	0,13	0,10
Margem Líquida	$\frac{\text{LucroLiq}}{\text{VendLiq}}$	0,05	0,08	0,08
Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{LucroLiq}}{\text{At.Total}}$	0,006	0,010	0,008
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{LucroLiq}}{\text{Pat.Liq}}$	0,09	0,18	0,14

Fonte: Autor desta obra

9.4.1 Giro do Ativo

O resultado mostra que para cada R\$ 1,00 investido na empresa, suas vendas representam uma média de R\$ 0,11 (média dos 03 anos). É um resultado considerado satisfatório apesar do ideal é estar o mais próximo possível de R\$ 1,00.

9.4.2 Margem Líquida

Este quociente mostra que para cada R\$ 1,00 de venda a empresa lucrou aproximadamente R\$ 0,05 em 2016, uma queda em relação aos dois exercícios anteriores, que fecharam em R\$ 0,08, isso não representa um índice ideal, mas é considerado satisfatório, pois as vendas cobriram os custos.

9.4.3 Rentabilidade do Ativo

O resultado revela que para cada R\$ 1,00 investido a empresa lucrou o equivalente a uma fração de R\$ 0,006 em 2016, uma leve queda em relação aos anos anteriores. É considerado um resultado satisfatório devido ao volume investido no Ativo da empresa.

9.4.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

O quociente mostra que para cada R\$ 1,00 de Capital Próprio a empresa lucrou R\$ 0,09 em 2016, em relação aos exercícios anteriores podemos dizer que

houve uma considerável queda, em 2015 era de R\$ 0,18 e em 2014 era R\$ 0,14. A explicação para tal é a o aumento da conta capital e a diminuição do Lucro Líquido no exercício de 2016. Esse retorno sobre o Capital Próprio é considerado satisfatório, principalmente se compararmos com o do Ativo Total.

9.5 Análise Vertical

É a comparação, em termos percentuais de uma conta ou grupo de contas com um valor afim, o qual deverá estar relacionado no mesmo demonstrativo, tomando como base um determinado valor que equivalerá a 100% e os demais representarão frações deste percentual e serve para verificar as mudanças, em termos percentuais, ocorridas nos valores das contas de um exercício para outro.

9.5.1 Análise Vertical do Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial (em milhares de Reais)

	AV	2016	AV	2015	AV	2014
ATIVO TOTAL	100%	1.401.376.974	100%	1.401.128.757	100%	1.437.485.512
ATIVO CIRCULANTE	57,39%	804.240.873	55,04%	771.228.599	58,81%	845.371.438
Disponibilidades	0,91%	12.805.771	1,29%	18.054.422	0,96%	13.786.585
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	28,88%	404.769.645	25,08%	351.419.935	20,98%	301.620.235
Tít. e Valores Mob. e Instr. Finan. Deriv.	1,21%	16.959.199	1,73%	24.273.925	9,36%	134.593.926
Relações Interfinanceiras	4,85%	68.026.103	4,64%	65.050.180	4,66%	66.923.660
Relações Interdependências	0,03%	376.530	0,04%	597.676	0,04%	593.631
Operações de Crédito	12,43%	174.149.338	13,48%	188.807.055	13,85%	199.159.425
Operações de Arrendamento Mercantil	0,02%	237.447	0,02%	318.349	0,03%	474.943
Outros Créditos	9,02%	126.462.278	8,72%	122.226.217	8,73%	125.529.228
Outros Valores e Bens	0,03%	454.562	0,03%	480.840	0,19%	2.689.805
ATIVO NÃO CIRCULANTE	42,61%	597.136.101	44,96%	629.900.158	41,19%	592.114.074
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	40,25%	564.008.357	42,67%	597.797.430	39,64%	569.846.879
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	0,07%	942.027	0,09%	1.321.852	0,18%	2.616.369
Tít. e Valores Mob. e Instr. Finan. Deriv.	7,44%	104.309.483	6,64%	93.011.125	6,13%	88.049.531
Relações Interfinanceiras	0,04%	497.227	0,03%	358.235	0,02%	325.356
Operações de Crédito	27,89%	390.774.002	31,34%	439.070.732	29,17%	419.339.736
Operações de Arrendamento Mercantil	0,02%	325.376	0,04%	507.440	0,04%	549.153
Outros Créditos	4,79%	67.143.433	4,53%	63.512.259	4,01%	57.578.124
Outros Valores e Bens	0,00%	16.809	0,00%	15.787	0,10%	1.388.610
PERMANENTE	2,36%	33.127.744	2,29%	32.102.728	1,55%	22.267.195

Investimentos	1,20%	16.855.006	1,10%	15.452.248	0,24%	3.419.631
Imobilizado de Uso	0,54%	7.557.478	0,52%	7.323.034	0,53%	7.556.737
Intangível	0,62%	8.715.260	0,66%	9.310.872	0,78%	11.249.232
Diferido	0,00%	0	0,00%	16.574	0,00%	41.595
TOTAL DO ATIVO	100%	1.401.376.974	100%	1.401.128.757	100%	1.437.485.512

Fonte: Autor desta obra

No quadro acima podemos observar pequenas variações nos percentuais das contas do Ativo Circulante em relação ao Ativo Total nos períodos analisados. Apenas duas contas tiveram alterações significativas, sendo a conta Títulos e Valores Mobiliários e Instrumento Financeiro Derivativo que sofreu uma queda após 2014 e a conta Aplicações Interfinanceiras de Liquidez que subiu aproximadamente 0,4% ao ano desde 2014. O grupo do Ativo Não Circulante permaneceu estável, sem sofrer alterações significativas. No Permanente, destaca-se a elevação do valor da conta Investimentos de 0,24% em 2014 para 1,10% no ano seguinte e uma leve alta para 2016.

Balço Patrimonial (em milhares de Reais)

	AV	2016	AV	2015	AV	2014
PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	100%	1.401.376.974	100%	1.401.128.757	100%	1.437.485.512
PASSIVO CIRCULANTE	71,67%	1.004.424.338	64,90%	909.357.947	64,82%	931.769.187
Depósitos	28,16%	394.668.312	28,99%	406.119.891	27,91%	401.177.785
Captações no Mercado Aberto	25,58%	358.409.319	21,05%	294.973.701	20,34%	292.361.623
Recursos de Aceites e Emissão de Tít.	4,86%	68.052.214	3,11%	43.600.506	3,57%	51.246.818
Relações Interfinanceiras	0,00%	1.075	0,00%	30.621	0,00%	31.463
Relações Interdependências	0,17%	2.450.012	0,39%	5.438.786	0,37%	5.290.841
Obrigações por Empréstimos	1,28%	17.997.094	1,59%	22.214.249	1,21%	17.398.060
Obrig. por Repasses do País - Inst. Ofic.	2,82%	39.463.427	2,78%	39.015.494	2,39%	34.415.072
Obrigações por Repasses do Exterior	0,00%	95	0,00%	9.916	0,00%	95
Instrumentos Financeiros Derivativos	0,08%	1.089.344	0,14%	1.967.562	0,17%	2.420.029
Outras Obrigações	8,73%	122.293.446	6,85%	95.987.221	8,86%	127.427.401
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	22,10%	309.758.884	29,28%	410.234.637	29,57%	425.103.131
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	22,07%	309.312.622	29,25%	409.775.429	29,54%	424.663.164
Depósitos	3,66%	51.312.376	4,16%	58.299.827	4,67%	67.183.984
Captações no Mercado Aberto	1,16%	16.224.713	2,75%	38.547.947	0,95%	13.683.952
Recursos de Aceites e Emissão de Tít.	6,93%	97.114.139	10,35%	144.960.986	7,50%	107.787.719
Obrigações por Empréstimos	0,17%	2.412.254	0,53%	7.441.111	0,46%	6.598.377
Obrig. por Repasses do País - Inst. Ofic.	3,11%	43.619.266	3,64%	51.049.914	3,94%	56.634.949
Obrigações por Repasses do Exterior	0,00%	382	0,00%	382	0,00%	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	0,06%	781.047	0,09%	1.321.610	0,07%	1.023.130

Outras Obrigações	6,98%	97.848.445	7,72%	108.153.652	11,95%	171.750.671
RESULTADOS DE EXERC. FUTUROS	0,03%	446.262	0,03%	459.208	0,03%	439.967
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6,22%	87.193.752	5,82%	81.536.173	5,61%	80.613.194
Capital	4,78%	67.000.000	4,28%	60.000.000	3,76%	54.000.000
Instrumento Elegível ao Capital Principal	0,58%	8.100.000	0,58%	8.100.000	0,56%	8.100.000
Reservas de Capital	0,00%	15.509	0,00%	14.326	0,00%	10.773
Reservas de Reavaliação	0,00%	2.660	0,00%	2.730	0,00%	2.805
Reservas de Lucros	1,97%	27.646.569	2,07%	29.031.090	1,85%	26.625.511
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1,21%	(16.929.205)	-1,22%	(17.042.671)	-0,67%	(9.597.840)
(Ações em Tesouraria)	-0,13%	(1.854.749)	-0,12%	(1.697.380)	-0,11%	(1.621.507)
Participação dos Não Controladores	0,23%	3.212.968	0,22%	3.128.078	0,22%	3.093.452
TOTAL DO PASSIVO	100%	1.401.376.974	100%	1.401.128.757	100%	1.437.485.512

Fonte: Autor desta obra

No lado do Passivo, o grupo do Circulante sofreu um acréscimo de 0,6% em 2016 em relação aos exercícios anteriores, impulsionado pela alta dos valores das contas Captações no Mercado Aberto e Recursos de Aceites de Emissão de Títulos. No Passivo Não Circulante podemos destacar o decréscimo de aproximadamente 0,7% no Realizável a Longo Prazo. No Patrimônio Líquido as contas se mantiveram sem alterações significativas em relação aos períodos anteriores.

9.5.2 Análise Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado do Exercício (em milhares de Reais)

	AV	2016	AV	2015	AV	2014
RECEITAS INTERMEDIÇÃO FINANC.	100%	167.305.078	100%	181.332.178	100%	147.026.911
Operações de crédito	60,65%	101.471.173	59,80%	108.435.135	61,95%	91.080.146
Operações de arrendamento mercantil	0,20%	333.419	0,23%	421.912	0,92%	1.346.097
Res. de oper. c/ títulos e valores mobil.	34,62%	57.917.523	33,73%	61.161.035	29,93%	44.010.048
Resultado de inst.. Financ. derivativos	-1,30%	(2.179.612)	0,75%	1.356.187	0,20%	300.162
Resultado de operações de câmbio	1,14%	1.905.262	1,51%	2.730.873	0,43%	633.639
Resultado das aplic. compulsórias	3,35%	5.608.445	2,81%	5.097.498	3,86%	5.668.646
Op. de venda ou de transf. de at. fin.	1,34%	2.248.868	1,17%	2.129.538	0,41%	601.398
Res. fin. das op. c/ seg., prev. e cap.	0,00%	0	0,00%	0	2,30%	3.386.775
DESP. DA INTERMEDIÇÃO FINANC.	-80,92%	(135.377.886)	-87,84%	(159.286.986)	-79,93%	(117.525.459)
Operações de captação no mercado	-67,87%	(113.542.657)	-54,54%	(98.905.381)	-54,76%	(80.518.581)
Op. de empr., cessões e repasses	4,23%	7.078.354	-18,93%	(34.317.257)	-9,95%	(14.631.754)
Oper. de arrendamento mercantil	-0,11%	(188.266)	-0,14%	(255.075)	-0,82%	(1.201.426)
Op. de venda ou de transf. de at. fin.	-0,05%	(75.562)	-0,02%	(33.638)	-0,02%	(23.710)
At. Jur. prov. téc. de seg., prev. cap.	0,00%	0	0,00%	0	-1,36%	(2.000.536)
Prov. para créd. de liquid. duvidosa	-17,12%	(28.649.755)	-14,21%	(25.775.635)	-13,02%	(19.149.452)
RES. BRUTO INTERMEDIÇÃO FIN.	19,08%	31.927.192	12,16%	22.045.192	20,07%	29.501.452
OUTRAS REC./DESPESAS OPERAC.	-10,63%	(17.782.633)	-8,66%	(15.697.324)	-7,94%	(11.667.464)

Rec. prest. serv.e Rend. de tar.Banc.	14,35%	24.003.921	12,33%	22.360.619	17,05%	25.069.956
Receitas de prestação de servi.	9,29%	15.538.969	8,38%	15.189.551	12,54%	18.433.680
Rendas de tarifas bancárias	5,06%	8.464.952	3,95%	7.171.068	4,51%	6.636.276
Despesas de pessoal	-13,68%	(22.885.997)	-11,45%	(20.762.171)	-13,26%	(19.499.684)
Outras despesas administrativas	-9,36%	(15.662.071)	-8,50%	(15.414.394)	-11,70%	(17.195.465)
Despesas tributárias	-3,37%	(5.641.524)	-2,80%	(5.081.623)	-3,39%	(4.986.935)
Res. de partic. colig. e cont. em conj.	2,57%	4.295.548	2,41%	4.367.566	0,39%	573.973
Res. de oper. c/ seg., previd. e cap.	0,00%	0	0,00%	0	3,04%	4.471.328
Outras receitas operacionais	5,40%	9.037.928	5,58%	10.123.972	8,57%	12.594.226
Outras despesas operacionais	-6,53%	(10.930.438)	-6,23%	(11.291.293)	-8,63%	(12.694.863)
RESULTADO OPERACIONAL	8,45%	14.144.559	3,50%	6.347.868	12,13%	17.833.988
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0,14%	227.131	3,27%	5.937.598	0,14%	200.662
Receitas não operacionais	0,24%	393.644	3,35%	6.066.491	0,28%	416.421
Despesas não operacionais	-0,10%	(166.513)	-0,07%	(128.893)	-0,15%	(215.759)
RESULT. ANTES DOS TRIB. E PARTIC.	8,59%	14.371.690	6,78%	12.285.466	12,27%	18.034.650
IMP. DE RENDA E CONTRIB. SOCIAL	-2,18%	(3.647.467)	3,13%	5.684.062	-2,51%	(3.690.796)
PARTIC. EMP. E ADMIN. NO LUCRO	-0,61%	(1.015.628)	-1,01%	(1.827.985)	-1,10%	(1.622.845)
PARTIC. NÃO CONTROLADORES	-1,00%	(1.675.039)	-0,96%	(1.741.984)	-1,00%	(1.475.195)
LUCRO LÍQUIDO	4,80%	8.033.556	7,94%	14.399.559	7,65%	11.245.814
LUCRO POR AÇÃO						
Núm. Méd. pond. ações bás e diluído		2.787.552.822		2.794.842.378		2.800.275.232
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		2,84		5,05		4,04

Fonte: Autor desta obra

No exercício de 2016 a empresa teve um acréscimo em sua Receita de Intermediação Financeira de 0,85% em relação ao ano anterior, mas uma queda de 1,3% em relação a 2014. A conta Despesa com Intermediação Financeira sofreu uma queda de 6,92% em relação a 2015, impulsionada pelo resultado da conta Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses, que saltou de -18,93% em 2015 para 4,23% em 2016. O Resultado Bruto da Intermediação Financeira sofreu um acréscimo de 6,92 em 2016 em relação ao exercício anterior, mas uma queda de 0,99% para 2014. A maior diferença entre 2016 e os anos anteriores diz respeito ao Lucro Líquido que caiu de 7,94% em 2015 para 4,80% em 2016, a causa disso foi um crédito tributário lançado em 2015 que causou um enorme discrepância na conta Imposto de Renda e Contribuição Social, que em 2014 representava -2,51%, saltou para 3,13%, voltando a cair para 2,18 em 2016.

9.6 Análise Horizontal

A Análise Horizontal, como já definido anteriormente, é utilizada como uma ferramenta capaz de comparar a evolução de uma conta ao longo de vários períodos e verificar se houve crescimento, ou não, de itens do Balanço e das Demonstrações de Resultado, tomando como base um determinado exercício.

9.6.1 Análise Horizontal do Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial (em milhares de Reais)

	AH	2016	AH	2015	2014
ATIVO TOTAL	-2,51%	1.401.376.974	-2,53%	1.401.128.757	1.437.485.512
ATIVO CIRCULANTE	-4,87%	804.240.873	-8,77%	771.228.599	845.371.438
Disponibilidades	-7,11%	12.805.771	30,96%	18.054.422	13.786.585
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	34,20%	404.769.645	16,51%	351.419.935	301.620.235
Tít. E Valores Mob. E Instrum. Financ. Deriv.	-87,40%	16.959.199	-81,97%	24.273.925	134.593.926
Relações Interfinanceiras	1,65%	68.026.103	-2,80%	65.050.180	66.923.660
Relações Interdependências	-36,57%	376.530	0,68%	597.676	593.631
Operações de Crédito	-12,56%	174.149.338	-5,20%	188.807.055	199.159.425
Operações de Arrendamento Mercantil	-50,01%	237.447	-32,97%	318.349	474.943
Outros Créditos	0,74%	126.462.278	-2,63%	122.226.217	125.529.228
Outros Valores e Bens	-83,10%	454.562	-82,12%	480.840	2.689.805
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,85%	597.136.101	6,38%	629.900.158	592.114.074
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-1,02%	564.008.357	4,90%	597.797.430	569.846.879
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-63,99%	942.027	-49,48%	1.321.852	2.616.369
Tít. E Valores Mob. E Instrum. Financ. Deriv.	18,47%	104.309.483	5,64%	93.011.125	88.049.531
Relações Interfinanceiras	52,83%	497.227	10,11%	358.235	325.356
Operações de Crédito	-6,81%	390.774.002	4,71%	439.070.732	419.339.736
Operações de Arrendamento Mercantil	-40,75%	325.376	-7,60%	507.440	549.153
Outros Créditos	16,61%	67.143.433	10,31%	63.512.259	57.578.124
Outros Valores e Bens	-98,79%	16.809	-98,86%	15.787	1.388.610
PERMANENTE	48,77%	33.127.744	44,17%	32.102.728	22.267.195
Investimentos	392,89%	16.855.006	351,87%	15.452.248	3.419.631
Imobilizado de Uso	0,01%	7.557.478	-3,09%	7.323.034	7.556.737
Intangível	-22,53%	8.715.260	-17,23%	9.310.872	11.249.232
Diferido	100,00%	0	-60,15%	16.574	41.595
TOTAL DO ATIVO		1.401.376.974		1.401.128.757	1.437.485.512

Fonte: Autor desta obra

É possível observar que a conta Disponibilidades sofreu uma queda em 2016 em relação a 2015, mas em relação ao ano base caiu apenas 7,11%, a conta Relações Interdependências também teve forte queda no valor. O realizável a Longo Prazo sofreu um acréscimo em 2015 de 4,9% e um decréscimo de -1,02% em 2016 em relação ao ano base (2014), destacam-se nesse grupo as contas Relações Interfinanceira (crescimento de 52,83% em 2016) e a conta Operações de Arrendamento Mercantil (queda de -40,75% em 2016). Outro destaque é conta Outros Valores e Bens que sofreu uma enorme redução em 2015 (-98,86%). O

grupo do Permanente é o que obteve o maior acréscimo, do exercício de 2014 ao de 2015, cresceu 351,87%, isso se deve a um aumento na participação da empresa em coligadas e controladas.

Balço Patrimonial (em milhares de Reais)

	AH	2016	AH	2015	2014
PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	-2,51%	1.401.376.974	-2,53%	1.401.128.757	1.437.485.512
PASSIVO CIRCULANTE	7,80%	1.004.424.338	-2,41%	909.357.947	931.769.187
Depósitos	-1,62%	394.668.312	1,23%	406.119.891	401.177.785
Captações no Mercado Aberto	22,59%	358.409.319	0,89%	294.973.701	292.361.623
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	32,79%	68.052.214	-14,92%	43.600.506	51.246.818
Relações Interfinanceiras	-96,58%	1.075	-2,68%	30.621	31.463
Relações Interdependências	-53,69%	2.450.012	2,80%	5.438.786	5.290.841
Obrigações por Empréstimos	3,44%	17.997.094	27,68%	22.214.249	17.398.060
Obrig. por Repasses do País - Instit. Oficiais	14,67%	39.463.427	13,37%	39.015.494	34.415.072
Obrigações por Repasses do Exterior	0,00%	95	10337,89%	9.916	95
Instrumentos Financeiros Derivativos	-54,99%	1.089.344	-18,70%	1.967.562	2.420.029
Outras Obrigações	-4,03%	122.293.446	-24,67%	95.987.221	127.427.401
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-27,13%	309.758.884	-3,50%	410.234.637	425.103.131
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-27,16%	309.312.622	-3,51%	409.775.429	424.663.164
Depósitos	-23,62%	51.312.376	-13,22%	58.299.827	67.183.984
Captações no Mercado Aberto	18,57%	16.224.713	181,70%	38.547.947	13.683.952
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-9,90%	97.114.139	34,49%	144.960.986	107.787.719
Obrigações por Empréstimos	-63,44%	2.412.254	12,77%	7.441.111	6.598.377
Obrig. por Repasses do País - Instit. Oficiais	-22,98%	43.619.266	-9,86%	51.049.914	56.634.949
Obrigações por Repasses do Exterior	0,00%	382	0,00%	382	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	-23,66%	781.047	29,17%	1.321.610	1.023.130
Outras Obrigações	-43,03%	97.848.445	-37,03%	108.153.652	171.750.671
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	1,43%	446.262	4,37%	459.208	439.967
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8,16%	87.193.752	1,14%	81.536.173	80.613.194
Capital	24,07%	67.000.000	11,11%	60.000.000	54.000.000
Instrumento Elegível ao Capital Principal	0,00%	8.100.000	0,00%	8.100.000	8.100.000
Reservas de Capital	43,96%	15.509	32,98%	14.326	10.773
Reservas de Reavaliação	-5,17%	2.660	-2,67%	2.730	2.805
Reservas de Lucros	3,83%	27.646.569	9,03%	29.031.090	26.625.511
Ajustes de Avaliação Patrimonial	76,39%	(16.929.205)	77,57%	(17.042.671)	(9.597.840)
(Ações em Tesouraria)	14,38%	(1.854.749)	4,68%	(1.697.380)	(1.621.507)
Participação dos Não Controladores	3,86%	3.212.968	1,12%	3.128.078	3.093.452
TOTAL DO PASSIVO		1.401.376.974		1.401.128.757	1.437.485.512

Fonte: Autor desta obra

O grupo Passivo Circulante teve um aumento de 7,8% em relação ao ano base, com destaque para o decréscimo, em 2016, de -96,58% da conta Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências com -53,69% e o acréscimo de 10337,89% da conta Obrigações por Repasses do Exterior em 2015 e 0,0% em 2016, ou seja, todo o percentual acrescido em 2015 foi liquidado em 2016. No Exigível a Longo Prazo houve um queda de -63,44% em 2016 após uma alta de 12,77% em 2015 da conta Obrigações por Empréstimos. No Patrimônio Líquido não houve variações significativas.

9.6.2 Análise Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício.

Demonstração do Resultado do Exercício (em milhares de Reais)

	AH	2016	AH	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13,8%	167.305.078	23,3%	181.332.178	147.026.911
Operações de crédito	11,4%	101.471.173	19,1%	108.435.135	91.080.146
Operações de arrendamento mercantil	-75,2%	333.419	-68,7%	421.912	1.346.097
Res. de oper. c/ títulos e valores mobiliários	31,6%	57.917.523	39,0%	61.161.035	44.010.048
Resultado de instrum. Financ. derivativos	-826,1%	(2.179.612)	351,8%	1.356.187	300.162
Resultado de operações de câmbio	200,7%	1.905.262	331,0%	2.730.873	633.639
Resultado das aplicações compulsórias	-1,1%	5.608.445	-10,1%	5.097.498	5.668.646
Op. de venda ou de transf. de ativos financ.	273,9%	2.248.868	254,1%	2.129.538	601.398
Res. financ. das oper. c/ seg., previd. e cap.	-100,0%	0	-100,0%	0	3.386.775
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15,2%	(135.377.886)	35,5%	(159.286.986)	(117.525.459)
Operações de captação no mercado	41,0%	(113.542.657)	22,8%	(98.905.381)	(80.518.581)
Op. de empréstimos, cessões e repasses	-148,4%	7.078.354	134,5%	(34.317.257)	(14.631.754)
Operações de arrendamento mercantil	-84,3%	(188.266)	-78,8%	(255.075)	(1.201.426)
Op. de venda ou de transf. de ativos financ.	218,7%	(75.562)	41,9%	(33.638)	(23.710)
At. juros prov. técn. de seg., prev. e capitaliz.	-100,0%	0	-100,0%	0	(2.000.536)
Prov. para créditos de liquidação duvidosa	49,6%	(28.649.755)	34,6%	(25.775.635)	(19.149.452)
RES. BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANC.	8,2%	31.927.192	-25,3%	22.045.192	29.501.452
OUTRAS REC./DESPESAS OPERACIONAIS	52,4%	(17.782.633)	34,5%	(15.697.324)	(11.667.464)
Rec. prest. de serv. e Rend de tarifas banc.	-4,3%	24.003.921	-10,8%	22.360.619	25.069.956
Receitas de prestação de serviços	-15,7%	15.538.969	-17,6%	15.189.551	18.433.680
Rendas de tarifas bancárias	27,6%	8.464.952	8,1%	7.171.068	6.636.276
Despesas de pessoal	17,4%	(22.885.997)	6,5%	(20.762.171)	(19.499.684)
Outras despesas administrativas	-8,9%	(15.662.071)	-10,4%	(15.414.394)	(17.195.465)
Despesas tributárias	13,1%	(5.641.524)	1,9%	(5.081.623)	(4.986.935)
Res. de particip. em colig. e contr. em conjunto	648,4%	4.295.548	660,9%	4.367.566	573.973
Res. de op. com seg., previd. e capitalização	-100,0%	0	-100,0%	0	4.471.328
Outras receitas operacionais	-28,2%	9.037.928	-19,6%	10.123.972	12.594.226

Outras despesas operacionais	-13,9%	(10.930.438)	-11,1%	(11.291.293)	(12.694.863)
RESULTADO OPERACIONAL	-20,7%	14.144.559	-64,4%	6.347.868	17.833.988
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	13,2%	227.131	2859,0%	5.937.598	200.662
Receitas não operacionais	-5,5%	393.644	1356,8%	6.066.491	416.421
Despesas não operacionais	-22,8%	(166.513)	-40,3%	(128.893)	(215.759)
RES. ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIP.	-20,3%	14.371.690	-31,9%	12.285.466	18.034.650
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB. SOCIAL	-1,2%	(3.647.467)	-254,0%	5.684.062	(3.690.796)
PARTIC. EMPREG. E ADMINIST. NO LUCRO	-37,4%	(1.015.628)	12,6%	(1.827.985)	(1.622.845)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	13,5%	(1.675.039)	18,1%	(1.741.984)	(1.475.195)
LUCRO LÍQUIDO	-28,6%	8.033.556	28,0%	14.399.559	11.245.814
LUCRO POR AÇÃO					
Núm. médio pond. de ações - básico e diluído		2.787.552.822		2.794.842.378	2.800.275.232
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		2,84		5,05	4,04

Fonte: Autor desta obra

Houve um aumento na conta Receita da Intermediação Financeira em 2016 em relação a 2014 na ordem de 13,8%, mas uma queda se comparada a 2015 (23,3%) a conta Resultado de Operações de Câmbio e Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros tiveram um aumento considerável. Destaca-se a conta Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos que após um acréscimo de 351,8% em 2015 sofreu uma queda na ordem de -826,1% em 2016. O grupo Despesas com Intermediação financeira teve um aumento de 15,2% em 2016 em relação a 2014, mas uma queda em relação a 2015 que havia crescido 35,5%. A conta Resultado de Participação em Coligadas e Controladas em Conjunto cresceu 648,4% em 2016. O Resultado não Operacional teve aumento de 13,2% em 2016. o que é muito pequeno se comparado a 2015 que aumentou 2859,0% em relação ao ano base. Devemos ainda destacar o item Imposto de Renda e Contribuição Social, que teve uma leve queda em 2016 (-1,2%), mas em relação a 2015 esse percentual era bem menor (-254,0%), isso deve ao fato da empresa ter utilizado um crédito tributário em 2015.

10 CONCLUSÃO

A empresa analisada, por ser uma entidade basicamente prestadora de serviços, não investe muito em Ativos Permanentes, podemos notar que suas variações patrimoniais mais significativas foram verificadas ao analisar a Demonstração do Resultado do Exercício, já que não houve alterações significativas no Balanço Patrimonial.

A análise das demonstrações propostas neste trabalho serviu para verificar que a empresa tem tido um bom desempenho no quesito liquidez, com exceção da Liquidez Imediata, pois dispõe de poucos recursos disponíveis. Em relação ao endividamento, os resultados mostraram um alto índice de capital de terceiros, no entanto, em se tratando de banco, a situação pode ser considerada normal.

A análise mostrou que a empresa é rentável, apesar dos índices serem proporcionalmente baixos. Mas, deve-se considerar o alto valor de seus ativos e que utiliza, quase que totalmente recursos de terceiros em sua movimentação financeira. Um Lucro Líquido de 5% em relação ao faturamento parece pouco em termos percentuais, mas é razoável pois o faturamento é relativamente alto.

Após a realização desse estudo, podemos dizer que a empresa possui uma boa saúde financeira, seus resultados se mostraram satisfatórios, os dados analisados trouxeram uma visão mais apurada do desempenho da entidade evidenciando a capacidade da empresa em permanecer sólida no mercado.

REFERÊNCIAS

- BB RELATÓRIO ANUAL. **Histórico da Instituição**, 2010. Disponível em: <<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/02.htm#1>> Acesso em: 02 de Novembro de 2017.
- FRANCO, H. **Contabilidade Geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- GONÇALVES, E. C; BAPTISTA, A. E. **Contabilidade Geral**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- IUDÍCIBUS, S. **Análise de Balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NETO, A. A. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- OLIVEIRA, A. B. S.; et al. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- REIS, A. C. R. **Demonstrações Contábeis Estrutura e Análise**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- RIBEIRO, O. M. **Estrutura e Análise de Balanços Fácil**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- SÁ, A. L. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.
- SILVA, M .S.; ASSIS, F. A. **A História da Contabilidade no Brasil**, 2014. Disponível em:<<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/view/579/543>> Acesso em: 18 de Outubro de 2017.

ANEXOS

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO	2016
ATIVO CIRCULANTE	804.240.873
Disponibilidades	12.805.771
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	404.769.645
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	16.959.199
Relações Interfinanceiras	68.026.103
Relações Interdependências	376.530
Operações de Crédito	174.149.338
Operações de Arrendamento Mercantil	237.447
Outros Créditos	126.462.278
Outros Valores e Bens	454.562
ATIVO NÃO CIRCULANTE	597.136.101
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	564.008.357
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	942.027
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	104.309.483
Relações Interfinanceiras	497.227
Operações de Crédito	390.774.002
Operações de Arrendamento Mercantil	325.376
Outros Créditos	67.143.433
Outros Valores e Bens	16.809
PERMANENTE	33.127.744
Investimentos	16.855.006
Imobilizado de Uso	7.557.478
Intangível	8.715.260
Diferido	0
TOTAL DO ATIVO	1.401.376.974

Fonte: Relatório Anual Banco do Brasil

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO	2015
ATIVO CIRCULANTE	771.228.599
Disponibilidades	18.054.422
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	351.419.935
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	24.273.925
Relações Interfinanceiras	65.050.180
Relações Interdependências	597.676
Operações de Crédito	188.807.055
Operações de Arrendamento Mercantil	318.349
Outros Créditos	122.226.217
Outros Valores e Bens	480.840
ATIVO NÃO CIRCULANTE	629.900.158
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	597.797.430
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.321.852
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	93.011.125
Relações Interfinanceiras	358.235
Operações de Crédito	439.070.732
Operações de Arrendamento Mercantil	507.440
Outros Créditos	63.512.259
Outros Valores e Bens	15.787
PERMANENTE	32.102.728
Investimentos	15.452.248
Imobilizado de Uso	7.323.034
Intangível	9.310.872
Diferido	16.574
TOTAL DO ATIVO	1.401.128.757

Fonte: Relatório Anual Banco do Brasil

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO	2014
ATIVO CIRCULANTE	845.371.438
Disponibilidades	13.786.585
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	301.620.235
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	134.593.926
Relações Interfinanceiras	66.923.660
Relações Interdependências	593.631
Operações de Crédito	199.159.425
Operações de Arrendamento Mercantil	474.943
Outros Créditos	125.529.228
Outros Valores e Bens	2.689.805
ATIVO NÃO CIRCULANTE	592.114.074
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	569.846.879
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.616.369
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	88.049.531
Relações Interfinanceiras	325.356
Operações de Crédito	419.339.736
Operações de Arrendamento Mercantil	549.153
Outros Créditos	57.578.124
Outros Valores e Bens	1.388.610
PERMANENTE	22.267.195
Investimentos	3.419.631
Imobilizado de Uso	7.556.737
Intangível	11.249.232
Diferido	41.595
TOTAL DO ATIVO	1.437.485.512

Fonte: Relatório Anual Banco do Brasil

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016
PASSIVO CIRCULANTE	1.004.424.338
Depósitos	394.668.312
Captações no Mercado Aberto	358.409.319
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	68.052.214
Relações Interfinanceiras	1.075
Relações Interdependências	2.450.012
Obrigações por Empréstimos	17.997.094
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	39.463.427
Obrigações por Repasses do Exterior	95
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.089.344
Outras Obrigações	122.293.446
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	309.758.884
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	309.312.622
Depósitos	51.312.376
Captações no Mercado Aberto	16.224.713
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	97.114.139
Obrigações por Empréstimos	2.412.254
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	43.619.266
Obrigações por Repasses do Exterior	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	781.047
Outras Obrigações	97.848.445
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	446.262
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	87.193.752
Capital	67.000.000
Instrumento Elegível ao Capital Principal	8.100.000
Reservas de Capital	15.509
Reservas de Reavaliação	2.660
Reservas de Lucros	27.646.569
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(16.929.205)
(Ações em Tesouraria)	(1.854.749)
Participação dos Não Controladores	3.212.968
TOTAL DO PASSIVO	1.401.376.974

Fonte: Relatório Anual Banco do Brasil

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015
PASSIVO CIRCULANTE	909.357.947
Depósitos	406.119.891
Captações no Mercado Aberto	294.973.701
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	43.600.506
Relações Interfinanceiras	30.621
Relações Interdependências	5.438.786
Obrigações por Empréstimos	22.214.249
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	39.015.494
Obrigações por Repasses do Exterior	9.916
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.967.562
Outras Obrigações	95.987.221
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	410.234.637
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	409.775.429
Depósitos	58.299.827
Captações no Mercado Aberto	38.547.947
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	144.960.986
Obrigações por Empréstimos	7.441.111
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	51.049.914
Obrigações por Repasses do Exterior	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.321.610
Outras Obrigações	108.153.652
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	459.208
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	81.536.173
Capital	60.000.000
Instrumento Elegível ao Capital Principal	8.100.000
Reservas de Capital	14.326
Reservas de Reavaliação	2.730
Reservas de Lucros	29.031.090
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(17.042.671)
(Ações em Tesouraria)	(1.697.380)
Participação dos Não Controladores	3.128.078
TOTAL DO PASSIVO	1.401.128.757

Fonte: Relatório Anual Banco do Brasil

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014
PASSIVO CIRCULANTE	931.769.187
Depósitos	401.177.785
Captações no Mercado Aberto	292.361.623
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	51.246.818
Relações Interfinanceiras	31.463
Relações Interdependências	5.290.841
Obrigações por Empréstimos	17.398.060
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	34.415.072
Obrigações por Repasses do Exterior	95
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.420.029
Outras Obrigações	127.427.401
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	425.103.131
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	424.663.164
Depósitos	67.183.984
Captações no Mercado Aberto	13.683.952
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	107.787.719
Obrigações por Empréstimos	6.598.377
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	56.634.949
Obrigações por Repasses do Exterior	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.023.130
Outras Obrigações	171.750.671
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	439.967
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	80.613.194
Capital	54.000.000
Instrumento Elegível ao Capital Principal	8.100.000
Reservas de Capital	10.773
Reservas de Reavaliação	2.805
Reservas de Lucros	26.625.511
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(9.597.840)
(Ações em Tesouraria)	(1.621.507)
Participação dos Não Controladores	3.093.452
TOTAL DO PASSIVO	1.437.485.512

Fonte: Relatório Anual Banco do Brasil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		167.305.078
Operações de crédito		101.471.173
Operações de arrendamento mercantil		333.419
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		57.917.523
Resultado de instrumentos Financeiros derivativos		(2.179.612)
Resultado de operações de câmbio		1.905.262
Resultado das aplicações compulsórias		5.608.445
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		2.248.868
Resultado financeiros das operações com seguros, previdência e capitalização		0
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(135.377.886)
Operações de captação no mercado		(113.542.657)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		7.078.354
Operações de arrendamento mercantil		(188.266)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(75.562)
Atualização juros provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização		0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(28.649.755)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		31.927.192
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(17.782.633)
Receitas de prestação de serviços e Rendas de tarifas bancárias		24.003.921
Receitas de prestação de serviços		15.538.969
Rendas de tarifas bancárias		8.464.952
Despesas de pessoal		(22.885.997)
Outras despesas administrativas		(15.662.071)
Despesas tributárias		(5.641.524)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto		4.295.548
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização		0
Outras receitas operacionais		9.037.928
Outras despesas operacionais		(10.930.438)
RESULTADO OPERACIONAL		14.144.559
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		227.131
Receitas não operacionais		393.644
Despesas não operacionais		(166.513)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		14.371.690
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.647.467)
PARTICIPAÇÃO EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(1.015.628)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		(1.675.039)
LUCRO LÍQUIDO		8.033.556
LUCRO POR AÇÃO		
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.787.552.822
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		2,84

Fonte: Relatório Anual Banco do Brasil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		181.332.178
Operações de crédito		108.435.135
Operações de arrendamento mercantil		421.912
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		61.161.035
Resultado de instrumentos Financeiros derivativos		1.356.187
Resultado de operações de câmbio		2.730.873
Resultado das aplicações compulsórias		5.097.498
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		2.129.538
Resultado financeiros das operações com seguros, previdência e capitalização		0
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(159.286.986)
Operações de captação no mercado		(98.905.381)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(34.317.257)
Operações de arrendamento mercantil		(255.075)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(33.638)
Atualização juros provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização		0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(25.775.635)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		22.045.192
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(15.697.324)
Receitas de prestação de serviços e Rendas de tarifas bancárias		22.360.619
Receitas de prestação de serviços		15.189.551
Rendas de tarifas bancárias		7.171.068
Despesas de pessoal		(20.762.171)
Outras despesas administrativas		(15.414.394)
Despesas tributárias		(5.081.623)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto		4.367.566
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização		0
Outras receitas operacionais		10.123.972
Outras despesas operacionais		(11.291.293)
RESULTADO OPERACIONAL		6.347.868
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		5.937.598
Receitas não operacionais		6.066.491
Despesas não operacionais		(128.893)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		12.285.466
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		5.684.062
PARTICIPAÇÃO EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(1.827.985)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		(1.741.984)
LUCRO LÍQUIDO		14.399.559
LUCRO POR AÇÃO		
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.794.842.378
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		5,05

Fonte: Relatório Anual Banco do Brasil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		147.026.911
Operações de crédito		91.080.146
Operações de arrendamento mercantil		1.346.097
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		44.010.048
Resultado de instrumentos Financeiros derivativos		300.162
Resultado de operações de câmbio		633.639
Resultado das aplicações compulsórias		5.668.646
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		601.398
Resultado financeiros das operações com seguros, previdência e capitalização		3.386.775
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(117.525.459)
Operações de captação no mercado		(80.518.581)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(14.631.754)
Operações de arrendamento mercantil		(1.201.426)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(23.710)
Atualização juros provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização		(2.000.536)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(19.149.452)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		29.501.452
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(11.667.464)
Receitas de prestação de serviços e Rendas de tarifas bancárias		25.069.956
Receitas de prestação de serviços		18.433.680
Rendas de tarifas bancárias		6.636.276
Despesas de pessoal		(19.499.684)
Outras despesas administrativas		(17.195.465)
Despesas tributárias		(4.986.935)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto		573.973
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização		4.471.328
Outras receitas operacionais		12.594.226
Outras despesas operacionais		(12.694.863)
RESULTADO OPERACIONAL		17.833.988
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		200.662
Receitas não operacionais		416.421
Despesas não operacionais		(215.759)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		18.034.650
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.690.796)
PARTICIPAÇÃO EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(1.622.845)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		(1.475.195)
LUCRO LÍQUIDO		11.245.814
LUCRO POR AÇÃO		
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.800.275.232
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		4,04

Fonte: Relatório Anual Banco do Brasil